UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

JOÃO ANTOLINO MONTEIRO

O DISCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO CAPITALISTA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Tubarão

2016

JOÃO ANTOLINO MONTEIRO

O DISCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DO CAPITALISTA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dra. Andréia da Silva Daltoé

Tubarão

2016

Monteiro, João Antolino, 1964-
M77 O discurso da economia solidária no contexto capitalista : desafios e contradições / João Antolino Monteiro; -- 2016.
103 f. il. color. ; 30 cm

Orientadora : Andréia da Silva Daltoé.
Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.
Inclui bibliografias.

1. Economia solidária. 2. Capitalismo. 3. Trabalho. 4. Autogestão. I. Daltoé, Andréia da Silva. II. Universidade do Sul de Santa Catarina – Mestrado em Ciências da Linguagem. III. Título.

CDD (21. ed.) 331.1

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

JOÃO ANTOLINO MONTEIRO

O DISCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO CAPITALISTA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 28 de julho de 2016.

Professora e orientadora Andréia da Silva Daltoé, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professor Tarcísio Alfonso Wickert, Doutor
Universidade Regional de Blumenau

Professor Mauri Luiz Heerdt, Doutor
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professor Fábio José Rauen, Doutor
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho ao meu pai (em memória), à minha mãe, à minha esposa, aos meus filhos e aos meus netos. Sem eles, não teria motivo para ter chegado aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus todos os dias por cada passo que dou. Sou grato também à minha orientadora, professora Dra. Andréia da Silva Daltoé, por não ter desistido, por acreditar até mesmo nos momentos em que eu não mais acreditava, por esperar quando eu já desesperava. Agradeço também à minha esposa por entender as horas de imersão nos textos, aos colegas de turma, especialmente ao Jackson Gil Ávila, às meninas da secretaria que estão sempre dispostas a nos atender e ao Programa por nos permitir a aventura de sonhar.

Arrisco-me a dizer que a esperança é a luz que nos guia, o combustível que nos alimenta, o calor que nos aquece nessa seara que é vida. Espero sempre que a vida seja outra, que a justiça seja outra, e que homens e mulheres sofridos não percam a esperança e a fé de que a vida pode ser outra.

João Antolino Monteiro

RESUMO

A economia solidária surge como uma organização que tem como fundamento a autogestão, a cooperação e a solidariedade no processo produtivo, buscando colocar o homem no centro desse processo a fim de valorizar o seu trabalho enquanto forma de vida, capacidade produtiva e criativa. Porém, mesmo apresentando-se como oportunidade de inclusão, o movimento da economia solidária enfrenta resistências por parte dos seus membros em aderirem aos seus preceitos. Tendo em vista essa perspectiva, procuramos investigar, com base na Análise do Discurso de linha francesa, como acontecem as iniciativas de economia solidária no interior do sistema capitalista, enquanto movimento de resistência dos trabalhadores excluídos do processo produtivo, e se a economia solidária consegue romper com o discurso individualista do capitalismo ao instituir um discurso baseado na solidariedade como contraposição. Para observar a construção do discurso sobre a economia solidária, elegemos como *corpus* de análise recortes dos seguintes materias: documento final da primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, cartilhas de formação em economia solidária produzidas pela Cáritas e entrevistas com membros dos empreendimentos de economia solidária da região da AMUREL.

Palavras-chave: Economia Solidária. Capitalismo. Trabalho. Autogestão.

ABSTRACT

A solitarity-based economy rises as an organization that has as its foundation the self-management, the cooperation and the solidariety in the productive process, seeking to put the man in the center of the process in order to enhance work as a way of life, as productive and creative capacity of man. However, even showing as inclusion opportunity, the solidarity-based economy moviment faces resistance from its members to adhere to principles of solidarity economy. In this perspective, it will be tried to investigate, based on the french approach of discourse analysis, how do the iniciatives of solidarity economy happens inside the capitalist system as the resistance moviment of workers excluded from the productive processs and how or if the solidarity economy will be able to break with the capitalism's individualist speech while establishing a discourse based on solidarity in opposition. To observe the construction of the discourse about solidarity-based economy, it's elected as corpus analysis cutouts of the following materials: final document of the first National Conference on Solidarity Economy, booklets formation in solidarity economy produced by Caritas and interviews with members of the solidarity economy enterprises of Amurel region.

Keywords: Solidarity economy. Capitalism. Labor. Self.management

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACORDI	Associação Comunitária Rural de Imbituba
AD	Análise do Discurso
AIES	Aparelhos ideológicos do Estado
AMUREL	Associação dos Municipios da Região de Laguna
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONAES	Conferência Nacional de Economia solidária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FD	Formação Discursiva
FDC	Formação Discursiva Capitalista
FI	Formação ideológica
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDA	Ministéerio do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NMSE	Novos Movimentos Sociais Econômicos
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PT	Partido dos Trabalhadores
SD	Sequência Discursiva
SENAES	Secretaria Nacional de Econonomia Solidária
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estrutura da Economia Solidária – FBES 51
Figura 2: Mapa da Economia Solidária no Brasil – MTE 2006 54
Figura 3: Formação do discurso de economia solidária no Brasil 61
Figura 3: A economia solidária e o discurso 72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 O TRABALHO: UMA CATEGORIA EM TRANSFORMAÇÃO 20
2.1 DO TRABALHO COLETIVO AO TRABALHO MERCADORIA 20
2.2 A QUESTÃO DO TRABALHO NO BRASIL 33
2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR TRABALHO 40
2.3.1 Economia solidária: o mundo do trabalho em movimento 43
2.3.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) 50
3 O SUJEITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENTRE A CONSTRUÇÃO E A CONTRADIÇÃO 56
3.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA SENAES, CARITAS E EMPREENDEDORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS DISCURSIVIDADES. 73
3.1.1 As condições de produção da SENAES 73
3.1.2 As condições de produção da Cáritas 74
3.1.3 As condições de produção dos empreendimentos pesquisados 77
3.1.4 O sentido de *trabalho* para as trabalhadoras dos empreendimentos de Enonomia Solidária 79
3.1.5 O sentido de *trabalho* para a SENAES 80
3.1.6 O Sentido de *autogestão* a partir das trabalhadoras dos empreendimentos 82
3.1.7 O sentido de *autogestão* para a SENAES 84
3.1.8 O sentido de *lucro* para as trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária. 85
3.1.9 O sentido de *lucro* para a Cáritas 88
4 UMA TENTATIVA DE FIM 91
ANEXO - QUESTIONÁRIO COM MULHERES TRABALHADORAS DOS EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS. 101

1 INTRODUÇÃO

O nosso recorte histórico sobre o trabalho e suas transformações tem como ponto de partida a revolução industrial ocorrida no século XVIII na Inglaterra, onde o capitalismo industrial se instalou como modo de produção, modificando a estrutura social e econômica, revolucionando os processos produtivos e, entre os avanços protagonizados, fez surgir as fábricas capitalistas, que substituíram a produção artesanal.

Nessas fábricas, a produção foi então ampliada, a rotina de trabalho era extenuante e a jornada chegava a 14 horas ou mais. Aliada às más condições de trabalho, esses fatores perpetuaram o processo de empobrecimento de milhões de trabalhadores mundo a fora, marcando a divisão de classes no modo historicamente compreendido, entre os que detinham capital e os que possuiam "apenas" a força de trabalho e, portanto, subjugam-se ao sistema vigente e às suas exigências, por mais discriminatórias ou pouco emancipatórias que fossem.

Por outro lado, com o avanço do uso de tecnologias, fruto da revolução industrial e do aumento da concorrência entre os empresários, a fábrica permitiu a ampliação da produção e a redução do tempo gasto para produzir bens e serviços. Dessa forma, diminuiu a importância do trabalho e aumentou a exploração do trabalhador, que se torna uma simples peça da máquina, situação que vai se agravar com o aumento do fluxo de trabalhadores do campo para a cidade em busca de novas oportunidades de trabalho, levando ao inchaço das cidades.

O crescimento do contingente de pessoas nas cidades dispostas a uma vaga de trabalho no final do século XVIII e início do século XIX era maior do que as vagas oferecidas nas fábricas inglesas. Ao mesmo tempo, ocorria o aumento da produtividade nessas fábricas em função do uso das tecnologias poupadoras de mão de obra, aumentando de forma considerável os índices de desemprego, levando o mundo do trabalho a uma grande crise.

O surgimento da crise do trabalho que teve seu início no primeiro quartil do século XIX, transformou o mundo laboral desde a revolução industrial, perdurando pelos anos seguintes, dado aos diferentes movimentos do capital que visavam o aumento da competividade, em função da redução da margem de lucro, fruto da concorrência a que as empresas enfrentavam no auge da industrialização.

Desde a revolução industrial, nosso ponto de partida, as transformações do trabalho ocorridas inicialmente na Inglaterra, vão se disseminando por diferentes partes do globo de forma contundente, patrocinada pelos novos movimentos do capital em busca do lucro, inserindo, assim, novas formas de produzir. Ao mesmo tempo, do lado dos trabalhadores começaram a surgir instrumentos para conter o avanço do capital sobre o trabalho, como a

organização cooperativa, os sindicatos, os movimentos operários e políticos, o surgimento do socialismo na Inglaterra com os socialistas utópicos, bem como a ação da Igreja católica Romana através da *Encíclica Rerum Novarum*[1], escrita pelo Papa Leão XII no ano de 1891, entre outros.

Mesmo assim, apesar dos diferentes movimentos de resistência dos trabalhadores, o capitalismo consegue introduzir no mundo do trabalho modificações importantes ao longo dos séculos. Dentre eles, o liberalismo idealizado pela escola clássica de economia na Inglaterra sob a batuta de Adam Smith, a introdução do fordismo, do taylorismo, do toyotismo, e a acumulação flexível — as quais vão se agravar com o advento do neoliberalismo da década de 1980 na Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, e, nos Estados Unidos, com Ronald Reagan.

No Brasil, as mudanças no mundo do trabalho, começam a ser sentidas com o fim da escravidão e a chegada dos imigrantes, que fez com que o trabalho assalariado substituísse o trabalho escravo. Dentre elas, a chegada de Getúlio Vargas ao poder que introduz a legislação trabalhista através da Consolidação das leis do trabalho (CLT), a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a chegada da década de 1980 das mudanças no trabalho protagonizadas pelo neoliberalismo cristalizado na Inglaterra e que no Brasil se consolida nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, no final da década de oitenta e e noventa e, como resultado, as privatizações, a flexibilização, a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e, consequentemente, da exclusão social, uma vez que esse novo modelo de trabalho exige dos trabalhadores qualificação e produtividade.

Como resposta a este cenário de grande número de desempregados e da exclusão social, surgiram algumas iniciativas de geração de emprego e renda e combate à miséria como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira, organizados a partir de pequenas iniciativas de produção; a formação de cooperativas de trabalhadores de empresas

---

[1] Em 1891, o Papa Leão XIII publicou a Encíclica Rerum Novarum, documento que teve uma forte ingerência nas relações sociais laborais de vários países, visto que sem abandonar os dogmas e os princípios da Igreja, destacou-se a premente necessidade de buscar meios alternativos para conseguir uma convivência entre o capital e o trabalho.

Poder-se-á entender que o fato da Igreja ser detentora de grandes áreas de terras, fazia-na ir de encontro aos preceitos socialistas, por isso, opondo-se ao Manifesto Comunista, Leão XIII, defendeu de forma categórica a manutenção da propriedade privada.

A Rerum Novarum tentou desmantelar o movimento operário socialista, propondo alternativas para reformar as relações sociais conciliando capital e trabalho, apresentando necessidade de incentivo a estimular os princípios éticos e valores morais da sociedade, buscando-se uma justiça social na vida socioeconômico e industrial. (Bortoli, Pereira 2014, p.2)

falidas e em situação falimentar que passaram a assumir a forma de empreendimentos autogeridos através do apoio da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) e da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Por força da organização destes movimentos nos últimos dez anos, institui-se no cenário brasileiro a organização de uma política nacional de fomento e apoio público para a economia solidária, via Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

A SENAES foi criada em 2003 pelo presidente Lula como resposta à mobilização social feita a partir do primeiro Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre no ano de 2001, em cumprimento ao programa de governo e vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), o qual tinha na sua direção o economista Paul Singer, um dos maiores expoentes teóricos da economia solidária no Brasil. Segundo o MTE, a SENAES assumiu o papel de "fortalecer as experiências de autogestão como resposta ao desemprego, intensificando as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação popular" (BRASIL, 2003, p. 4).

Assim, foi a SENAES que fundamentou os empreendimentos de economia solidária no Brasil, definindo-os como:

> uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013, p. 21).

Nessa perspectiva, os empreendimentos de economia solidária são espaços de solidariedade e cooperação, dentro dos quais são esperadas relações humanas muito diversas daquelas promovidas por uma organização social essencialmente competitiva, ou seja, esperam-se relações de trabalho que priorizem a igualdade, a colaboração e a preocupação com o bem-estar do ser humano como valor essencial.

Nesse sentido, o valor central da economia solidária é o trabalho não como ação de produzir bens e serviços com finalidade acumulativa, mas como prática social para valorizar a atividade laboral e o próprio trabalhador, como protagonistas de uma alternativa econômica coletiva de produção e distribuição de riqueza, que acontece no empreendimento. Segundo a SENAES, o trabalho vai se configurar nos empreendimentos de economia solidária de forma associada e colaborativa, por meio da autogestão e da posse coletiva dos meios de produção, na

cooperação e na solidariedade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013, p. 27).

Todavia, este processo somente se efetiva a partir da apropriação crítica e reflexiva dos sujeitos envolvidos sobre o risco de se fomentarem iniciativas que apenas reproduzam as bases do sistema capitalista vigente sob outra denominação. Isto se reflete no modo como os sujeitos envolvidos nos empreendimentos conseguem compreender a natureza e os propósitos da economia solidária e, mais do que isso, o traduzem em dinâmica produtiva que dirige as relações de trabalho e produção sob novas bases. A economia solidária dá ao trabalho outra conotação dentro dos empreendimentos, buscando como elemento prioritário a qualidade do trabalho.

Como afirma Singer (2000, p. 4), "a empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho".

Vê-se a complexidade deste tipo de reordenamento das relações produtivas, uma vez que ela exige uma profunda mudança de paradigma do que seja e para que serve o trabalho — que não somente para o enriquecimento ou a subsistência, mas para formação de relações de vidas sustentadas com cooperação e solidariedade uns com os outros por meio da ação conjunta do trabalho e seus decorrentes benefícios (convívio, desenvolvimento, subsistência, aquisição, inovação, dentre outros).

A apropriação dessa lógica pelos participantes dos empreendimentos de economia solidária deve traduzir-se em novas formas de viver e conviver a partir da função do trabalho que é agregar, incluir, desenvolver e fazer crescer e desenvolver pessoas, grupos, comunidades e sociedades. Porém, mesmo que seus interessados pretendam outra perspectiva de vida, alicerçada na solidariedade e na cooperação, percebe-se na organização dos empreendimentos, dificuldades quanto à compreensão da proposta de uma economia solidária, do funcionamento da autogestão, do alcance da solidariedade e dos fundamentos da gestão compartilhada — questões estas que vão interferir no fortalecimento e na autonomia destes grupos.

Por este motivo, há de se investigar de que maneira está sendo realizada a apropriação desses saberes sobre a economia solidária e/ou se as ações empreendidas a partir daí não sucumbem às mesmas intencionalidades e posturas do modelo capitalista tradicional. Intenções estas que não transformariam, de fato, as bases de compreensão dos sujeitos em sua essência, o que representaria uma participação dos sujeitos nas alternativas de produção e geração de trabalho e renda de forma equivocada — e não na busca do desenvolvimento da economia solidária efetivamente.

Para nós, em especial, a necessidade de entender o movimento de economia solidária surge, num primeiro momento, como esforço acadêmico e profissional, pois ao trazer, como professor para, a sala de aula essa temática, precisava aprofundar a compreensão do que propunham seus idealizadores, e assim, aprimorar a discussão teórica no meio acadêmico. Profissionalmente, o interesse aumenta por ter assumido a gestão da incubadora social da Unisul, que tem como foco principal de atuação os empreendimentos de economia solidária e seus participantes.

A concretização dos princípios teóricos da economia solidária depende da adesão dos membros dos empreendimentos, não só a uma nova forma de produção e comercialização baseada na cooperação e autogestão, mas também a um novo modelo de sociedade que se propõe mais justa e igualitária. Ou seja, os princípios da economia solidária não são apenas para a gestão dos empreendimentos, mas para a forma de vida dos seus membros.

Apesar de ter uma proposta de economia humanizada, fortalecida pela cooperação, pela solidariedade e por um novo olhar para a forma de se viver e produzir, a economia solidária enfrenta resistências na sua concretização. A primeira resistência se dá pelos empreendedores com a não adesão aos seus princípios fundamentais em amplitude, não só dentro do empreendimento, mas também no seu cotidiano.

Outra forma de resistência se dá na sociedade em geral, a qual se insere em um modelo de produção desumanizado, excludente, centrado no lucro, modelo este que agora é confrontado por uma nova lógica de produção, comercialização, distribuição de riqueza e consumo que questiona estas bases produtivas.

Pode-se dizer que a economia solidária busca fomentar relações de solidariedade, que tenham como efeito a melhoria das condições de vida dos envolvidos, o que a coloca no patamar de movimento social, uma vez que se organiza no contexto societário como um movimento amplo, integrado com diferentes agentes e focado na transformação da realidade social dos envolvidos.

Por se tratar de um movimento social, a economia solidária surge com o objetivo de organizar os trabalhadores, especialmente os sem trabalho, contudo, para melhor compreendê-la é necessário conhecer e explicitar o processo histórico sobre o qual se formaram as suas relações produtivas — com o intuito de se chegar à compreensão, de fato, do que sejam os fundamentos destas relações atuais alicerçadas no modelo capitalista de produção, fundamentado no mundo do trabalho pela exploração e exclusão social.

Nas atividades que desenvolvemos por intermédio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unisul e da Cáritas Diocesana de Tubarão/SC junto aos

empreendimentos de economia solidária da região de Tubarão, sentimos, muitas vezes, dificuldades que estão além das dificuldades normais de trabalho com grupos, que se dão em diferentes ordens, conforme apontaremos a seguir:

a) Epistemológica: pela necessidade de compreensão do próprio significado deste conhecimento, que inova nas compreensões conceituais de produção, relações de trabalho, ganhos produtivos, que vão além dos ganhos financeiros, como por exemplo: estar na feira de economia solidária não se resume ao ato de vender, mas vivenciar momentos de experiências solidárias. Isso é de difícil compreensão, pois, em grande parte, a feira é apenas avaliada pela quantidade das vendas e sua avaliação está diretamente relacionada ao montante que cada um consegue arrecadar;

b) Mobilização social: este processo exige que pessoas com atividades produtivas estejam voltadas para o mesmo fim, com os mesmos objetivos, que não se limitam mais ao exclusivo ganho financeiro a qualquer custo. Exige um olhar para as necessidades grupais e para a valorização de cada sujeito em suas necessidades de crescimento pessoal e profissional de modo cooperado e integrado aos demais. — tendo consciência de que o que está em jogo não é apenas uma forma de produzir, mas a construção de uma nova forma de economia;

c) Expressão social ou legitimidade comunitária: qualquer movimento social precisa ter credibilidade junto à comunidade, e esta deve ser capaz de reconhecer o diferencial deste movimento. No caso dos empreendimentos de economia solidária que produzem bens e serviços diversos, ao fazer escolhas pelo consumo de seus produtos e serviços de modo consciente e crítico, a comunidade reconhece e legitima o movimento, fortalecendo assim a rede de cooperação, sendo capaz de fomentar uma lógica de desenvolvimento com bases sustentáveis e solidárias;

d) Gestão da produtividade: já que se pretende o desenvolvimento produtivo com bases competitivas, portanto eficientes e efetivas, mas de modo sustentável e respondendo aos princípios do movimento;

e) Compreensão do movimento: mesmo dentro do movimento e acatando os princípios da economia solidária, os empreendedores têm dificuldade de compreender a amplitude destes princípios.

Vale ressaltar que a Incubadora social tem filiação a SENAES e portanto, segue os fundamentos teóricos da mesma.

Essas questões tornam o trabalho com os empreendimentos de economia solidária um processo desafiador, porque precisamos, como incubadora, capacitar tecnicamente para a produção e, ao mesmo tempo, fortalecer as relações de solidariedade e cooperação nos grupos.

Dentro das atividas da incubadora, quando assessoramos um empreendimento capitalista desenvolvemos ações direcionadas às diferentes posições hierárquicas, como atividades de assessoria para trabalhadores e gestores. O mesmo não acontece no empreendimento solidário, no qual as ações de assessorias precisam primar pela construção de acesso ao conhecimento igual a todos os participantes do grupo.

Por isso, o processo de trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unisul (ITCP – Unisul) se desenvolve com base no processo de convívio e formação, configurando-se em um processo de assessoria direta para seis empreendimentos de economia solidária situados nos municípios de Tubarão, Laguna, Orleans e Braço do Norte. Estas cidades recebem assessoria em gestão empresarial (marketing, finanças, custos, nutricional, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, política e economia solidária) e, também, indiretamente outros sete empreendimentos são capacitados quando acontecem as feiras.

No escopo deste trabalho, quatro empreendimentos serão investigados: a *Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi),* os empreendimentos *Orgânicos Vó Maria* e *Artes da Natureza de Laguna* e *Associação Comunitária de Arte de Imbituba.*

A partir das considerações apresentadas sobre o mundo do trabalho e sobre o processo de exclusão social a que está sujeito o trabalhador que não consegue atender profissionalmente às necessidades do capital, levantou-se a questão central que deste trabalho: Como é possível implementar a proposta da economia solidária — que prevê a valorização do trabalho e do trabalhador — no interior de um sistema capitalista se este estimula a exploração da mão de obra em nome do lucro e o individualismo consumista?

Para responder à questão, este trabalho tem como objetivo geral compreender se/como os participantes dos empreendimentos de economia solidária são afetados pela formação discursiva capitalista ou se/como conseguem imprimir uma nova perspectiva de solidariedade e autogestão da economia solidária no interior deste sistema.

Para chegar ao objetivo proposto, julga-se necessário:

a) Contextualizar a noção de trabalho a partir da revolução industrial inglesa até a atualidade para conhecer as transformações ocorridas nesse processo, e para entender como isso pode influenciar na compreensão atual dos sujeitos envolvidos nas pesquisas sobre esta temática;

b) Contextualizar a economia solidária ao longo de sua evolução histórica no Brasil e sua configuração atual como perspectiva de política de direito focada na geração de novas experiências de trabalho e desenvolvimento econômico;

c) Apresentar o funcionamento da economia solidária no Brasil, bem como seu embasamento teórico a partir do texto da primeira Conferência Nacional de Economia Solidária;

d) Apresentar o funcionamento dos empreendimentos de economia solidária na região de Tubarão a partir de entrevistas realizadas com os envolvidos;

e) Compreender qual a apreensão feita pelos sujeitos envolvidos sobre as experiências da economia solidária, evidenciando-se, por meio da análise de seu discurso a apreensão e a afetiva implementação dos princípios da economia solidária a partir da experiência vivida nos empreendimentos;

f) Analisar os discursos da economia solidária por meio das entrevistas realizadas com os envolvidos nos projetos.

Em relação à estrutura, este trabalho divide-se da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta os aspectos introdutórios da temática proposta. O capítulo 2 aborda as transformações no mundo do trabalho a partir da revolução industrial inglesa, os primeiros movimentos de contestação da situação que se encontravam os trabalhadores, a escola clássica e o ideal liberal, a ação da Igreja católica de crítica à exploração dos trabalhadores. Discorre sobre o surgimento dos primeiros movimentos socialistas, as propostas do cooperativismo dos socialistas utópicos, principalmente Robert Owen, Charles Fourier, Henri Saint-Simon, Louis Blanc, Pierre Joseph Proudhon, o Keynesianismo e o papel do estado na atividade econômica, o advento do fordismo, do taylorismo e do toyotismo. Tais eventos trouxeram mudanças significativas para os trabalhadores, e as transformações ocorridas vão abrir espaço para o fortalecimento dos movimentos sociais e para o surgimento da economia solidária. Para fundamentar nosso trabalho, a nossa abordagem teórica para a perspectiva da economia solidária se fundamenta no principal teórico brasileiro Paul Singer, economista, professor da Universidade de São Paulo e atualmente secretário da SENAES.O capítulo 3 aborda as questões da Análise do Discurso (AD) e suas implicações no desenvolvimento deste trabalho. A abordagem teórica está fundamenta em Michel Pêuchex, fundador da AD, Eni Orlandi, professora e expoente brasileira desta linha teórica, além de outros autores e estudiosos do tema em discussão. Apresentamos também as condições de produção dos discursos dos sujeitos da economia solidária, especificamente a SENAES, a Cáritas e os membros dos grupos de economia solidária que compõe o nosso corpus de pesquisa, e no capítulo 4 apresentamos uma tentativa de fim, em que discutimos os principais

efeitos da pesquisa e seu alcance como instrumento de pesquisa aplicada e que nos Apermitiu compreender que não será a economia solidária um novo modo de produção, mas também não se resume a ser um apêndice capitalista, um "lugarzinho" no qual o capitalismo deixa para que sejam incluídos a sua massa sobrante, mas que precisam estar ali para consumir, mesmo sem serem necessários para produzir.

a) A construção do *corpus* se deu a partir do embasamento teórico proposto neste trabalho, como já mecionado. A análise do discurso de linha francesanos permitiu construir um dispositivo de análise para os discursos da economia solidária recortados, respectivamente, em três materiais que irão compor o corpus discurssivo, descritos a seguir: Documentos da primeira Conferência Nacional de Economia solidária (I CONAES), realizada em 2006, no Brasil, e conduzida pela SENAES;

b) Cartilhas: Fortalecimento da economia solidária no Brasil, Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece, Mistica e Espiritualidade e Outra Economia em nossas mãos produzidas pela Cáritas e que fundamentam toda a formação em economia solidária realizada pela Cáritas;

c) Discurso sobre a economia solidária nos empreendimentos assessorados pela Incubadora Social da Unisul e pela Cáritas Diocesana, nos quais foram realizadas as entrevistas, que também fazem parte da materialidade discursiva analisada.

2 O TRABALHO: UMA CATEGORIA EM TRANSFORMAÇÃO

Neste capítulo, discorreremos sobre as transformações no mundo do trabalho a partir da primeira revolução industrial inglesa, a qual vai instituir, de forma definitiva, as relações de trabalho: de um lado, o capitalista, dono dos meios de produção; de outro lado, o empregado, usurpado da força e energia do trabalho.

Ao longo do capítulo, abordaremos os diferentes movimentos que surgiram em defesa do trabalhador, além dos avanços obtidos no processo produtivo, os quais primaram pelo aumento da produtividade, da competitividade das empresas frente à concorrência e também do aporte de tecnologias nas fábricas, que, ao mesmo tempo em que massificam a produção de bens e serviços, reduzem os seus preços e relativizam a importância do trabalhador no processo de produção.

2.1 DO TRABALHO COLETIVO AO TRABALHO MERCADORIA

O mundo do trabalho é um espaço em constantes transformações, pois sofre alterações importantes ao longo dos séculos, tanto em função de tecnologias desenvolvidas ou de mudanças culturais, quanto de mudanças sociais e legais que ocorrem na sociedade.

As primeiras formas de trabalho que se têm registros na história da humanidade estão diretamente associadas à ideia de castigo, algo ruim imposto ao outro. Desde a alegoria do paraíso, quando, ao cometerem o pecado, Adão e Eva foram expulsos e receberam como maldição a tarefa de tirar o seu sustento com o suor do próprio rosto, até a escravidão imposta aos derrotados em guerras. O trabalho foi sempre visto como sofrimento, sendo, na antiguidade clássica, principalmente entre os gregos e romanos, considerado um infortúnio destinado aos derrotados nas guerras. Essa conotação de escravidão estava associada à origem do termo latino t*ripaliun*[2]. Segundo Martins (2002, p. 33), "uma espécie de instrumento de tortura ou carga que pesava sobre os animais".

Da antiguidade clássica ao feudalismo, o trabalho muda de conotação, passa da condição de escravidão para a de servidão, na qual os trabalhadores assumem a condição de homens livres, e vão estar a serviço dos proprietários de terras nos feudos. Porém, nesta fase, a

---

2

liberdade do trabalho estava condicionada ao pagamento de tributos e vinculada à terra, como afirma Carvalho (2011, p. 12):

> [...] o homem se libertou do trabalho escravo, mas não completamente, pois se seguiu a Era Medieval e, nela, uma sociedade dividida em rígidos estamentos: os senhores feudais e os servos. A servidão era imposta a quase todos os camponeses e se diferenciava do trabalho escravo porque o servo se ligava à terra e pelo seu uso pagava diversos tributos, passando a ter novo amo quando a terra era vendida. Vinculava-se o servo à gleba como antes se vinculara o escravo ao seu senhor.

Essa condição permitia ao senhor feudal total domínio sobre o servo, impondo a este penosas condições de trabalho, motivo para que muitos dos servos fugissem e fossem para as cidades, onde sobreviviam com o comércio e a produção artesanal, dando origem à figura do artesão que produzia seus produtos em pequenas oficinas.

Nas oficinas, o mestre artesão detinha os meios de produção e, por sua vez, era dono dos produtos produzidos que eram comercializados. Disso, tirava o seu sustento e, muitas vezes, para a execução do trabalho, podia dispor de ajudantes e aprendizes.

Os aprendizes, de acordo com Huberman (1986, p. 54), "[...] eram jovens que viviam e trabalhavam com o artesão principal, e aprendiam o ofício". Eles viviam numa relação muito próxima, diferente da relação patrão e empregado como se conhece hoje.

Não havia um local de trabalho ou de moradia. Os dois espaços se confundiam, pois o trabalho tinha como objetivo a manutenção da vida. Segundo Huberman (1986, p. 53), "a indústria se fazia em casa, e o propósito da produção era simplesmente o de satisfazer as necessidades domésticas".

O artesão realizava todas as operações referentes à produção de um bem e conhecia esse processo. Segundo Marx (1983, p. 250), "[...] cada artesão particular, o ferreiro, o oleiro etc. realiza todas as operações pertinentes ao seu ofício, de maneira tradicional, mas independente e sem reconhecer autoridade acima dele em sua oficina".

Nesse modelo, os meios de produção pertenciam ao trabalhador, e isso o permitia dominar todo o processo, além de se apropriar do excedente da produção. Assim, as atividades prosperavam e surgiram as primeiras relações de trabalho na idade média, as quais eram exercidas entre o mestre artesão, os ajudantes e os aprendizes. Isso leva também ao início das corporações de ofício, que tinham como objetivo organizar o trabalho dos artesãos e regulamentar a produção.

Segundo Martins (2002, p. 34), as corporações de ofício objetivavam "estabelecer uma estrutura hierárquica, regular a capacidade produtiva, regulamentar as técnicas de

produção". No entanto, as corporações de ofício são suprimidas pela revolução francesa, em face dos seus ideais de liberdade.

Na Inglaterra do século XVIII, a produção aumenta e o comércio se fortalece, nesse momento, a oficina do artesão já não dá mais conta de atender às necessidades dos consumidores, surgindo, assim, as manufaturas, para as quais a lógica artesão/aprendiz dá lugar à relação patrão/empregado. Nessa época, desaparece a figura do artesão, que perde espaço no mercado de bens e serviços, sendo substituído pela figura do patrão, dono das máquinas, que dispõe de recursos para a compra do trabalho no mercado.

Segundo Manacorda (1989, p. 271), "o artesão não tem mais nem o lugar de trabalho, nem a matéria prima, nem os instrumentos de produção, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto do seu trabalho, nem a possibilidade de vender seu produto no mercado".

No seu início, as manufaturas pouco se diferenciam das oficinas, a não ser pela quantidade de trabalhadores utilizados e pela produção. Porém, cada artesão, agora, realiza apenas parte do trabalho, caracterizando a divisão técnica do mesmo, que tem como objetivo maximizar a produção e, ao mesmo tempo, descaracterizar o saber do trabalhador, ao fazê-lo executar apenas parte de um produto. Como argumentou Marx (2008, p. 388-389):

> A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria [...]. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos.

As manufaturas vão permitir o aumento da produção, o surgimento de novas funções e, principalmente, a divisão do processo de trabalho em partes, dando suporte ao surgimento da fábrica e a utilização da máquina no processo produtivo, pois, na manufatura, o trabalho ainda era manual, dependendo basicamente da quantidade de trabalho vivo.

Com os avanços tecnológicos, houve o incremento de novas ferramentas e mudanças no modo de produzir mercadorias, e as manufaturas perderam espaço para as fábricas, que vão dar suporte para a expansão da produção e a concretização da revolução industrial, concentrando, no mesmo local, um grande número de trabalhadores.

As ferramentas desempenham funções importantes no processo de consolidação da fábrica moderna ao permitirem a máquina substituir o trabalhador. Como afirma Marx (2008, p. 480) quando fala da emancipação da ferramenta da força humana:

> Com a ferramenta que se transfere à máquina segue a virtuosidade desenvolvida pelo trabalhador em seu manejo. A eficácia da ferramenta emancipa-se dos limites pessoais da força humana. Desse modo, desaparece a base técnica em que se fundamentava a divisão manufatureira do trabalho. A hierarquia dos trabalhadores especializados que a caracteriza é substituída, na fábrica automática, pela tendência de igualar ou nivelar os trabalhados que os auxiliares das máquinas têm de executar; as diferenças artificiais entre os trabalhadores parciais são predominantemente substituídas pelas diferenças naturais de idade e de sexo.

Os trabalhadores, agora, estão a serviço das máquinas, as quais, dotadas de ferramentas especializadas, produzem em grande quantidade, influenciando a superação das limitações dos processos de produção do artesão e da manufatura, o que faz o trabalhador a serviço da máquina que dita, assim, o ritmo do processo de produção.

Conforme afirma Marx (2008, p. 483):

> Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.

Quanto mais a máquina e incorpora à fábrica, mais a produtividade aumenta. Isso intensifica a desvalorização do trabalho e, por consequência, a sua precarização, causando o aprofundamento da divisão entre o trabalho intelectual e o manual, legitimando o domínio do capital sobre o trabalho.

Nessa perspectiva, Marx (2008, p. 483) afirma que a condição do trabalhador passa a ser a de um autômato,

> Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto, que domina a força de trabalho viva, a suga e a exaure. A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poder de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada.

Com o surgimento da fábrica capitalista, o trabalho é transformado em mercadoria. Ele é coisificado, e precificado no mercado de produção em relação a sua oferta e demanda. Isto significa dizer que quando há muitas pessoas em busca de trabalho, os salários caem e, no caso de um movimento inverso, em que há menos pessoas do que o mercado precisa, os salários tendem a aumentar.

Ao ser transformado em mercadoria, o trabalho perde sua importância enquanto elemento fundamental da vida em sociedade, como espaço em que tecemos grandes partes das

nossas relações sociais e, como tal, sofre os efeitos da escassez dos postos de trabalho e do excedente de trabalhadores, empobrecendo-os e ao mesmo tempo, produzindo uma massa sobressalente, classificados como desempregados.

Nessa perspectiva, segundo Marx (2004, p. 80), "o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria".

O empobrecimento do trabalhador, aliado ao uso maciço de tecnologias na fábrica e o avanço do capital no mundo do trabalho, permitiu ao capitalista o domínio do processo produtivo, mesmo sendo o trabalho o fundamento da produção de mercadorias.

As fábricas, além de representarem a perda do controle do processo de produção pelos trabalhadores e a transformação do trabalho em mercadoria, significaram, também, a concretização da revolução industrial inglesa no século XVIII.

A revolução industrial nasce e se consolida na Inglaterra no período que se estende dos anos de 1760 a 1850. Depois deste período, se estende à Europa, América, Ásia, dando espaço a um sistema produtivo de forte concorrência e alta produção, que, por sua vez, significou queda nos preços dos bens e serviços e grande impacto no mundo do trabalho, concentrando na fábrica o processo produtivo.

Outro agravante na perspectiva do trabalho nesse período foi que os avanços tecnológicos da revolução industrial chegaram ao campo, fazendo com que se obtivesse maior produção com menor uso de trabalhadores, formando, assim, um contingente de desocupados, ex-proprietários de terra, que migram para as cidades em busca de trabalho, disponibilizando um grande número de trabalhadores muito acima da capacidade de absorção da indústria nascente.

Temos então a contradição do capitalismo, pois quando mais gera riqueza menos precisa dos trabalhadores, que são assim excluídos do mercado de trabalho, ou seja, mesmo criando valor, os trabalhadores ficam de fora da participação no valor criado pelo trabalho.

A contradição em Marx conforme Godelier (1982, p. 321), Duas classes vivem em contradição, pois "uma possui o capital, a outra é excluída da possessão dele. O lucro de um é o trabalho não pago do outro."

Ou seja, quanto mais produz menos acesso ao fruto do seu trabalho é dado a quem trabalha.

As cidades foram invadidas por homens e mulheres em busca de trabalho e, frente à condição de pobreza a que estavam sujeitos, eram levados a morar em habitações sem

condições de moradia, sujeitos a doenças e dispostos a aceitar qualquer tipo de trabalho para se sustentarem.

Nessa perspectiva Bresciani (2004, p. 350) afirma que:

> As péssimas condições de moradia e a superpopulação são duas anotações constantes sobre os bairros operários londrinos. Mesmo áreas ricas como Westminster têm paróquias onde, segundo o Journal of Statistical Society de 1840, moram 5.366 famílias de operários em 5.294 habitações, num total de 26.830 indivíduos, dispondo 3/4 dessas famílias somente de uma peça para viver.

Na busca por trabalho, as pessoas ficaram sujeitas a sobreviver sem condições e, assim, se submeteram a trabalhar em qualquer atividade, permitindo, portanto, serem exploradas, submetidas a jornadas excessivas de trabalho e baixos salários, aumentando de forma significativa os ganhos dos empresários e significativamente a massa de capital financeiro disponível para aumentar os investimentos necessários à consolidação do processo de industrialização.

De acordo com Singer (1999, p. 21), a revolução industrial "chamou o capital, que estava por assim dizer esperando nos bastidores, ao centro do palco industrial e lhe deu os meios e os motivos de revolucionar o modo de produção", instituindo, de forma definitiva, o modo de produção capitalista, que tem na sua lógica a produção de forma continuada e em grandes volumes de mercadorias, se concretizado na fábrica.

O capital assumiu papel fundamental para o desenvolvimento capitalista e o aumento da produtividade e, com isso, os lucros, fazendo surgir a burguesia como classe dominante e a acumulação capitalista da Inglaterra do século XVIII, com novos métodos de produção.

Conforme Marx e Engels (1996, p. 69), "a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais".

Nessa busca por lucros maiores, o capital sobrepõe o trabalho na produção de mercadorias, e o trabalhador é desqualificado no processo, sendo subordinado ao capital. Além disso, o que se vê, no auge da revolução industrial e nos anos posteriores, é um contínuo empobrecimento do trabalhador, sujeito a longas jornadas de trabalho sem aumento nos seus rendimentos.

O agravamento da situação dos trabalhadores nas fábricas inglesas permitiu que os ideais da revolução francesa tivessem um campo fértil para prosperarem, marcando de forma definitiva a política e a sociedade europeia no século XVIII e também nos seguintes.

Juntamente com a revolução industrial, a revolução francesa de 1789 permitiu a consolidação da economia de mercado e do sistema capitalista.

Segundo Demoustier (2006, p. 19):

> Ao afirmar os direitos individuais do homem e as grandes liberdades econômicas (liberdade de empreendimento, liberdade de comércio e liberdade do trabalho), ela se opõe claramente à organização econômica do Antigo Regime – comunitária e hierarquizada, social e profissional, encerrada em um sistema de privilégios-, que encoraja o monopólio e a burocracia, e refreia o progresso técnico e individual.

Entende-se que, graças à revolução francesa e aos seus ideais de liberdade, a economia ficou livre das amarras, sem as corporações de oficio, sem a necessidade de aprovação externa. Estava posto em campo a livre iniciativa, pensamento que corrobora com a ideologia da escola clássica e de seu principal pensador Adam Smith, economista inglês, que no ano de 1776 escreve, o livro *Ensaio sobre a riqueza das nações*.

Segundo Smith (1996, p. 8), "finalmente, a 9 de março de 1776, vem à luz A Riqueza das Nações". A julgar pela enorme influência que *A Riqueza das Nações* viria a ter como ponto de partida obrigatório inquestionável para o estudo da Economia ao longo de quase todo o século XIX, o impacto imediato de sua publicação não é impressionante.

Além de Smith, Robert Malthus, David Ricardo e Stuart Mill contribuíram para o desenvolvimento das premissas básicas do liberalismo econômico, que vai se consolidar no século XIX em toda a Europa.

O Liberalismo econômico fundamentado pelos clássicos partia da premissa elaborada por Adam Smith de que o interesse individual levaria, naturalmente, à satisfação dos interesses coletivos, que o funcionamento da economia deveria acontecer sem nenhum entrave de forma que o estado mais atrapalhava que ajudava.

Segundo Smith (2003, p. 199), não havia necessidade de intervenção na economia:

> Portanto, sem qualquer intervenção da lei, os interesses privados e as paixões dos homens levam-nos, naturalmente, a dividirem e a distribuírem o capital de qualquer sociedade entre os diferentes empregos com ele realizados, tanto quanto possível, na proporção mais vantajosa para o interesse de toda a sociedade. As várias regulamentações do sistema mercantil vêm, necessariamente, perturbar esta distribuição natural e muito vantajosa do capital.

Porém, o resultado do avanço do liberalismo econômico promoveu distorções importantes na economia, com forte concentração de renda, aumento dos lucros e redução dos

ganhos dos trabalhadores, levando ao surgimento de contundentes críticas ao modelo, ao mesmo tempo em que ações de resistência começaram a surgir por toda a Europa.

A Igreja Católica, na figura do papa Leão XIII, a partir da sua missão, e confrontando a realidade do mundo do trabalho em face da revolução industrial, levou ao lançamento a Encíclica *Rerum Novarum*, documento da Igreja que foi escrito no ano de 1891. No auge da segunda Revolução Industrial, o texto constitui-se como um marco na história da Doutrina Social da Igreja. A Encíclica apresenta dois objetivos: No primeiro, estabelece uma crítica à exploração pela qual passam os trabalhadores; e no segundo, manifesta a preocupação da Igreja com os avanços das ideias socialistas entre os trabalhadores ingleses.

Segundo Gusmão (2006, p. 201), a *Rerum Novarum* "reconhecia a propriedade privada, condenava o lucro fácil à custa do operário, que não deve ser considerado um simples instrumento de cobiça do patrão ganancioso, mas uma pessoa humana, com direitos inalienáveis, dentre os quais o de ter justo salário".

Ao fazer uma crítica forte aos avanços do capitalismo sobre os direitos fundamentais e a exploração do trabalho, a Encíclica teve importante contribuição na discussão sobre esta questão em vários países.

Segundo Bortoli e Pereira (2014, p. 5), a repercussão do documento papal foi tanta que o "documento teve uma forte ingerência nas relações sociais laborais de vários países, visto que sem abandonar os dogmas e os princípios da Igreja, destacou-se a premente necessidade de buscar meios alternativos para conseguir uma convivência entre o capital e o trabalho".

A Encíclica papal contribui também para a participação do Estado na proteção ao trabalhador, inspirando o direito do trabalho, como afirmam Bortoli e Pereira (2004, p. 7):

> No modelo capitalista a fonte de toda riqueza é proveniente do trabalho, sendo ele o motor para funcionamento e desenvolvimento da sociedade, desta maneira, os trabalhadores devem ser protegidos pelo Estado da usura voraz do detentor dos meios de produção, evitando-se que a concentração de renda nas mãos de um pequeno número de ricos acirrasse sobremaneira as causas dos conflitos de classes que poderiam colocar em xeque o funcionamento do sistema.

Além da Encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja também contribui de maneira significativa com a Encíclica Quadragésimo, publicada pelo Papa Pio XI, em de 15 de maio de 1931, confirmando e dando atualidade à *Rerun Novarum*. Neste documento, o Papa Pio XI afirma o trabalho como a única fonte da riqueza nacional.

A doutrina social da Igreja, evidenciada a partir da *Rerun Novarum*, atuou de forma significativa nas questões que envolvem o trabalho.

Segundo o Catecismo (IGREJA CATÓLICA, 1993, p. 58.3):

> §2246 Faz parte da missão da Igreja 'emitir juízo moral também sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas, empregando todos os recursos – e somente estes – que estão de acordo com o Evangelho e com o bem de todos, conforme a diversidade dos tempos e das situações.

A contribuição da Igreja foi no sentido de defender a dignidade do homem, que estava sendo posta em jogo no mundo do trabalho. Além disso, havia também a intenção de barrar os avanços do socialismo, o qual se consolidava no enfrentamento das condições de exploração dos trabalhadores e tinha como fundamento a extinção da propriedade privada, indo de encontro aos interesses da Igreja católica, detentora de grandes propriedades.

Ao mesmo tempo em que a Igreja avança no esforço de barrar os efeitos do capitalismo sobre o trabalho, no final do século XVIII surgiram, na Europa, diversos movimentos de trabalhadores com o objetivo de resistir aos danos causados por esse sistema.

Segundo Demoustier (2006, p. 20), "apesar das proibições, operários qualificados, agrupados por profissão, organizam então novas formas de resistência: as sociedades de socorro mútuo". Essas organizações, mesmo atuando na clandestinidade, se espalham por toda a Europa, demonstrando a insatisfação dos trabalhadores com o modelo econômico.

A partir de 1830, alguns trabalhadores franceses começaram a organizar a produção através de formas de associação de produção e consumo, surgindo, assim, o esboço dos primeiros modelos de trabalho associativo, fortalecendo os ideais socialistas.

As ideias socialistas não surgiram propriamente com a revolução industrial ou o com liberalismo econômico, pois os ideais de vida comum, de uma sociedade perfeita, já eram citados por Platão, em a República, pelos relatos bíblicos, precisamente nos Atos dos Apóstolos, e também por Thomas Moure, em sua obra Utopia, dentre outros.

Porém, essas ideias se tornam mais contundentes com os avanços do liberalismo econômico e do capitalismo, e vão suscitar o socialismo, conceito que surge por volta do início do século XIX, e que visava, justamente, uma oposição ao modelo dominante. O conceito foi conhecido nesse período pelo trabalho realizado por Robert Owen (1771-1858) na Inglaterra, e pelas ideias de Charles Fourier (1772-1837), Henri Saint-Simon (1760-1825), Louis Blanc (1811-1882), Pierre Joseph Proudhon (1809 -1865), conhecidos como socialistas utópicos.

Enquanto os socialistas científicos pretendiam, segundo Gastaldi (1983, p. 40), "[...] substituir a ordem social fundada na liberdade individual, na propriedade privada e na liberdade

contratual, por outra ordem, baseada no primado social, quando a propriedade e o controle dos meios de produção devem estar em mãos do Estado".

Os socialistas utópicos propunham uma nova forma de organização da produção através das cooperativas e uma alternativa ao individualismo, por meio do cooperativismo, ou seja, uma sociedade ideal. Ainda de acordo com Gastaldi (1983, p. 44), "o socialismo utópico é orientado para a realização de um sistema social e econômico ideal".

Esse sistema ideal tem como premissa uma sociedade mais igual, na perspectiva do individuo, como afirma Rego e Moreira (2013, p. 194): "os socialistas utópicos assentavam suas argumentações na defesa do desenvolvimento de uma sociedade igualitária mais na perspectiva da ordem moral dos indivíduos do que na sua esfera econômica, acreditando que dessa forma se poderia romper com o individualismo propagado no modo de produção capitalista".

Os socialistas utópicos receberam esse nome em contraponto ao socialismo científico, apresentando a principal contribuição para a construção das bases cooperativistas. Estas, por sua vez, vão gerar os elementos centrais do solidarismo, o qual tinha, como fundamento, críticas ao capitalismo e ao processo de empobrecimento dos trabalhadores, em contraste ao enriquecimento da burguesia. Além disso, nas suas ideias diversas, apresentou proposições para o fim do modelo de exploração e concentração de riquezas.

Considerado como o primeiro projeto cooperativo, e baseado nas ideias de Owen, surge em Rochdale, uma cidade Inglesa, conforme destaca Silva Filho (2001, p. 26): "A experiência dos Equitativos Pioneiros de Rochdale, que se tornou referência em cooperativismo, criando elementos que vão dar embasamento para as organizações de cooperativas e de experiências de trabalho solidário e coletivo, as quais irão se desenvolver por toda Europa".

A evolução do socialismo, como modo de produção alternativo ao capitalismo, se fortalece com as experiências chinesa, do leste europeu, da União Soviética e da Alemanha Oriental. Essas experiências, entre as mais bem-sucedidas, vão vigorar até final do século XX, vindo a ruir com o final da guerra fria e com a queda do Muro de Berlim, em 1989 — que, juntamente com a desintegração da União Soviética, marcaram a derrocada do socialismo no final do século XX, estabelecendo, de vez, a hegemonia capitalista.

Como afirma Setti (2004, p. 2):

> Essa expansão do modelo capitalista se alimentou de novas conjunturas mundiais, nos planos político, econômico e social. É possível elencar alguns desses fatores preponderantes para a sua difusão e a consequente instauração de seus novos moldes

> nos últimos anos. São eles: a queda do Muro de Berlim em 1989, o fim da Guerra Fria, a desintegração da União Soviética e o subsequente desmantelamento do modelo de socialismo real, a formação de blocos econômicos regionais, grande desenvolvimento tecnológico e industrial, notadamente nos setores de eletrônica e comunicação, e finalmente a própria reorganização do capitalismo em sua nova forma atual, o neoliberalismo.

Com o fim do socialismo, a ameaça real sobre o mundo capitalista desaparece e, fragmentado, o mundo do trabalho no final do século XX vê avançar o capitalismo sobre as conquistas trabalhistas. Novos métodos de produção são inseridos nas fábricas, tecnologias poupadoras de mão de obra fazem com o que o sindicalismo precise se reinventar para conter os avanços do capital sobre o trabalho e fortalecer a organização dos trabalhadores.

Nos países capitalistas, o crescimento econômico auferido com as políticas liberais chega ao fim com a crise da bolsa de Nova York, em 1929, o que representou a derrocada do "*laissez-faire*"[3]. Além disso, também comprovou que o sistema capitalista, livre de regulamentações, gerava e gera profundas diferenças sociais, o que faz surgir a ideia de um modelo de Estado que ao mesmo tempo regulasse a economia e promovesse o bem estar social. A esse modelo deu-se o nome de *Walfare state* ou Estado de bem-estar social.

O Estado de bem-estar social tem seus fundamentos nas ideias do economista inglês John M. Keynes, tendo o Estado como elemento fundamental no processo de desenvolvimento e proteção social, conhecido como Teoria Keynesiana.

Segundo Pereira (2002, p. 32-33), esta teoria:

> Estimulou a criação de medidas macroeconômicas, que incluíam: a regulação do mercado; a formação e controle dos preços; a emissão de moedas; a imposição de condições contratuais; a distribuição de renda; o investimento público; o combate à pobreza. E tudo isso visava não exatamente à socialização da produção, rumo à instituição de uma sociedade socialmente igualitária, mas à socialização do consumo, a qual foi concebida como um contraponto à socialização da produção.

Com a criação de medidas importantes na questão dos gastos públicos e a emissão monetária, o Keynesianismo vai se fortalecer, no período seguinte, na Segunda Guerra, ao fornecer subsídios para a implantação do estado de bem-estar social, o qual tem como objetivo promover o crescimento econômico e a igualdade. Estes ideias serão utilizados pela social democracia para a implantação das suas políticas de igualdade.

Segundo Pastor e Brevilheri (2009, p. 5), "Keynes forneceu os instrumentos, para que a social democracia, que ascendeu no pós-guerra, se utilizasse do keynesianismo de uma

---

[3] Expressão francesa que significa deixar passar, ou seja, uma alusão ao livre mercado.

forma peculiar, ou seja, para a implantação de políticas sociais voltadas para a elevação dos níveis de igualdade".

No mundo do trabalho, o Estado, por meio da expansão do modelo de bem-estar social, buscou, de acordo com Bento (2003, p. 29), "[...] elaborar estratégias sociopolíticas que conciliem a necessidade de integração permanente da mão-de-obra no mercado de trabalho, imprescindível à continuidade do processo de acumulação, e os direitos sociais reivindicados pela classe trabalhadora".

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Estado de bem-estar social não foi uma concessão, mas sim uma conquista da classe trabalhadora, que contribuiu para manter forte o sistema capitalista diante das ameaças do socialismo no século XX.

Ao mesmo tempo em que o Estado do bem-estar se consolidava, na década de 1980 e 1990 avançavam o fordismo e o taylorismo. O fordismo tinha como objetivo o aumento da produtividade. Conforme afirma Behring (2007, p. 86), a preocupação fordista era a "produção em massa para o consumo de massa e de acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho".

O Taylorismo, criado por Frederic Taylor, engenheiro norte-americano, conhecido como o pai da administração científica, tinha como objetivo principal a racionalização do tempo, tal entendimento em união com o fordismo permitiu o aumento da produção, a redução dos custos e o aumento da lucratividade das empresas.

Segundo Merlo e Lapis (2007, p. 63), o taylorismo:

> Visava racionalizar a organização do trabalho, o que envolveu buscar normas, procedimentos sistemáticos e uniformes. Pela observação, pela descrição e pela medição, seria possível simplificar as operações, eliminar os movimentos desnecessários, lentos e ineficientes e encontrar "o modo melhor", o movimento certo e mais rápido em todos os ofícios. Embora a cronometragem já houvesse sido utilizada para coordenar e acelerar o trabalho, com Taylor, o estudo do tempo, associado ao estudo dos movimentos, levou à busca do único e melhor método de execução como norma a ser seguida permanentemente pela empresa.

Na perspectiva do trabalho, o taylorismo buscou sempre encontrar a melhor forma de fazer algo, o que por sua vez fragmentou as atividades laborais e reduziram o trabalho a uma atividade repetitiva e física.

O fim do Estado de bem-estar social no final da década de 1990 está associado ao enfraquecimento do socialismo na União Soviética, deixando de ser uma ameaça ao capitalismo não fazendo mais sentido, portanto, manter um modelo de Estado que representasse a redução dos lucros das empresas capitalistas.

A década de 1970 foi palco dos grandes milagres econômicos alemão, japonês e, no nosso caso, brasileiro. Além disso, foi cenário, também, para grandes crises, dentre elas a crise do petróleo de 1973, que teve como pano de fundo a guerra entre árabes e israelenses e a redução da produção de petróleo pelos países árabes em resposta ao apoio americano e europeu a Israel, bem como a crise do petróleo de 1979, a qual teve como pano de fundo a revolução iraniana.

As crises do petróleo afetaram as indústrias que foram obrigadas a reduzir a produção, diminuindo, o crescimento econômico e as receitas do Estado, que entra em crise, não conseguindo mais manter o modelo de bem-estar social em função do déficit público crescente.

Surge, então, o estado neoliberal, visando atender aos interesses dos grandes capitalistas, capitaneados pelos Estados Unidos e Inglaterra. Essa ideologia econômicatinha como premissa a redução dos gastos públicos, idealizado pelo estado mínimo, que, juntamente com o aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de natalidades, sepultam de vez o Estado de bem-estar social.

O neoliberalismo surge, na década de 1980, com a vitória de Margaret Thatcher na Inglaterra e com Ronald Reagan nos Estados Unidos. Fundamentado pelo processo de reestruturação produtiva, não se restringiu apenas a esses dois países, espalhando-se pelos diferentes cantos do planeta com impactos significativos na questão do trabalho e na vida do trabalhador. Conforme Harvey (2005, p. 140), esse processo de "acumulação flexível":

> [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

As mudanças patrocinadas pelo processo de reestruturação produtiva são entendidas por Singer (1998, p. 31) como "descentralização do capital". A reestruturação produtiva gerou mudanças significativas que impactaram diretamente o número de empregos e o tipo de emprego existente, como afirma Pochmann (1999, p. 35-35):

> Redução do emprego direto na produção e maior subcontratação de trabalhadores; alteração da organização da produção (just in time, lay out, logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores), que implica na redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outras; alteração da organização interna do trabalho: há redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado nas atividades secundárias, que implica na redução do emprego nos segmentos administrativos e de

> supervisão e maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informatização do trabalho nos postos secundários e a redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outros).

A influência no mundo do trabalho é significativa com o neoliberalismo, representando perdas importantes para o trabalhador, com destaque para a terceirização e a redução do número de postos de trabalho, além da precarização nas relações trabalhistas e as privatizações das empresas estatais. Tais mudanças impactaram nas relações de trabalho e na supressão de direitos e benefícios nos novos contratos de trabalho, uma vez que o trabalhador saía de uma empresa estatal para uma empresa privada, perdendo importantes conquistas trabalhistas.

Discutiremos na próxima seção como se constituem essas questões no Brasil.

2.2 A QUESTÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A questão do trabalho no Brasil seguiram as mudanças que ocorreram e ocorrem no nos outros países, que o influenciou nas questões do direito do trabalho, nos modelos administrativos e na forma do Estado.

Desde o descobrimento, quando, ao ocupar o território brasileiro, os portugueses tinham como objetivo a exploração econômica, com o intuito de abastecer a Europa, e para isso utilizaram num primeiro momento a mão de obra indígena de maneira forçada — situação que vai ser substituída pela dos escravos africanos que chegam em grande volume ao Brasil a partir do ano de 1800 e que o período de escravidão perdurou até 1888, com a promulgação da Lei 3.353, conhecida como Lei Áurea.

A imigração europeia para o Brasil ganha corpo no século XIX e XX, com a vinda de milhares de homens e mulheres, a grande maioria italiana e alemã, para as terras brasileiras, como afirma Moure (1987, p. 94):

> Ao longo do séc. XIX e início do séc. XX, países europeus, em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, com alta densidade demográfica e conseqüentemente número de desempregados, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas. Os emigrantes seriam forte mercado consumidor das manufaturas de seus países de origem.

Os imigrantes, ao chegarem no Brasil, contraíam uma dívida com os fazendeiros, num sistema chamado de parceria, idealizado pelo Senador Nicolau Vergueiro, em que os

imigrantes assumiam os gastos com transporte, colocação e moradia dos trabalhadores na fazenda, e tudo deveria ser pago com o trabalho realizado.

Esse sistema de parceria, segundo Beiguelman (1987, p. 30-31), "consistia, em tese, na divisão do lucro líquido após a venda do café, cabendo metade ao colono. Quanto às dívidas contraídas com o fazendeiro (passagens, sustento nos primeiros dias), no mínimo metade da renda líquida anual dos imigrantes seria destinada a compensá-las".

Na teoria se admitia que o imigrante era um trabalhador livre, que poderia deixar a fazenda quando quisesse, porém, com o sistema de parceria criado, na prática essa liberdade só era conseguida quando o trabalhador saldasse a sua dívida com o fazendeiro, o que era muito difícil, dado ao seu grande valor. Isso fazia com que o imigrante contribuisse para a manutenção do poder do grande proprietário de terra sobre o trabalhador devido ao sistema de "parceria", não podendo, portanto, ser considerado como um trabalho livre.

Segundo Guimarães (1981, p. 95), "esse tipo de contrato, que de nenhum modo se pode identificar com o trabalho livre, viriam associar-se outras formas de transição para o salariado, sem que deixasse o latifúndio de conservar seu caráter essencial e seu tradicional poder de coação sobre os trabalhadores nele engajados".

O sistema de parceria, implantado no período que vai de 1840 a 1870, é substituído pelo colonato, por não dar conta de atender às necessidades dos fazendeiros e devido à resistência dos imigrantes em aceitarem tais condições.

O colonato tinha como marca o trabalho livre, bem como a característica marcante do trabalho em família, ou seja, eram admitidos nas fazendas grupos familiares, e isso tinha como objetivo principal reduzir a mudança de local de trabalho por parte dos colonos.

Segundo Cintra (2010, p. 2),

> A preferência pela vinda de famílias foi predominante, tanto na política de colonização como nos projetos para demanda de trabalhadores para a cafeicultura. O trabalho familiar proporcionava aos cafeicultores maior estabilidade na fixação do imigrante na lavoura, evitando a mudança constante desses trabalhadores agrícolas de uma fazenda para outra. Assim, o contrato com a família, foi uma estratégia dos fazendeiros destinada a moderar a mobilidade geográfica dos imigrantes, motivo de muita preocupação por parte desses proprietários. A família era admitida como uma unidade de trabalho. O agricultor era reconhecido enquanto componente de um núcleo familiar e não como trabalhador individual.

Dessa forma o colonato atende mais aos interesses dos proprietários de terra do que aos interesses dos colonos, porém, foi importante, pois permitia ao imigrante ter uma renda mínima anual garantida, e a possibilidade de conseguir fazer uma poupança e assim adquirir terras no Brasil, como afirma a seguir Holloway (1984 apud CINTRA, 2010, p. 3):

> As vantagens que o contrato de colono idealmente oferecia ao trabalhador imigrante incluíam a razoável segurança de uma receita anual mínima, a redução de despesas de manutenção por meio de moradia grátis e a quase autossuficiência em produtos alimentícios, a perspectiva de acumular economias através de rendimentos monetários e poucas despesas em dinheiro e a possibilidade de maximizar a receita por família, pela utilização plena do trabalho de todos os membros.

O colonato também se mostrou bom para o contratante, porque, além de reduzir as mudanças das famílias, garantia também o acesso à mão de obra em período de colheitas, pois tinha a disposição do fazendeiro mão de obra de toda a unidade familiar, o que o permitia explorá-las.

Conforme Stolcke (1986 apud CINTRA, 2010, p. 5), "as esposas e filhos dos trabalhadores eram especialmente úteis quando a demanda de mão-de-obra aumentava na época da colheita, [...] Uma ideologia de solidariedade e cooperação familiar permitia aos cafeicultores explorar ao máximo toda a família imigrante". Ou seja, nas relações trabalhistas, o colonato garantiu ao patrão utilizar a mão de obra a partir dos seus interesses e não do interesse do trabalhador, o que geralmente significava utilizar toda a família no trabalho, e essas novas relações de trabalho livre iam caracterizar uma forma mascarada de escravidão.

Nesse sentido Martins (1986, p. 18), afirma que "as novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima".

Um dos fatores importantes que permitiu o domínio do fazendeiro sobre o trabalhador livre foi o advento da lei das terras, de 1850, que, entre outras mudanças, impediu o acesso dos estrangeiros pobres e ex-escravos a posse da terra, garantindo, assim, a terra como um bem de capital. Nesse sentido, Stédile (2005, p. 23) afirma que a "lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil".

Uma das consequências da referida lei para o trabalhador da terra foi o avanço do capital sobre o trabalho, garantindo mão de obra para expansão da cafeicultura no Brasil.

Ainda de acordo com Martins (1991, p. 16), "o capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital".

A lei das terras permite ao capital agrícola se consolidar economicamente e politicamente no Brasil, impactando de forma considerável na questão do trabalho e nas questões de remuneração e direitos.

Com o processo de industrialização iniciado no Brasil por volta de 1870, representado pela instalação das primeiras fábricas de tecidos de algodão, o mercado de trabalho precisava ser regulamentando, o que vai acontecer com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder na década de 30, tendo como marco inicial a criação do Ministério do Trabalho no mesmo ano.

O ano de 1930 foi um grande marco para a história do país no que tange ao campo social, como afirma Carvalho (2011, p. 87):

> O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa, a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A seguir, veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho.

Fruto de uma política de concessão do governo Vargas, a consolidação de um aparato legal na perspectiva do trabalho e previdência garantiu não só os direitos trabalhistas, mas a garantia de inclusão social e de cidadania. Segundo Castro e Mota (2012, p. 8), a CLT permitiu aos trabalhadores exercerem efetiva cidadania.

> O que se observa com relação ao marco regulatório propiciado principalmente pela CLT, é que, de fato, a submissão dos trabalhadores ao manto protetor da legislação do trabalho, ao mesmo tempo, criou uma situação dual (de inclusão/exclusão) e passou a "garantir" não só os direitos nela elencados, como também o exercício da efetiva cidadania por parte de numerosos setores sociais.

.

Se o objetivo da CLT era criar uma legislação do trabalho paternalista, o mesmo foi alcançado, mas também propiciou um espaço para a cidadania.

Ao mesmo tempo em que garante acesso aos trabalhadores a um mercado de trabalho regulamentado, Getúlio Vargas implanta um modelo de estado centralizador e autoritário, no qual as mudanças em prol dos trabalhadores foram resultado de uma mera concessão do governo e não representava uma conquista, de fato — traço marcante das políticas implantadas no período.

Couto (2004, p. 104) nos diz que:

> O perfil das políticas sociais do período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam do poder central e

> sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseava-se na legislação trabalhista ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora.

Com uma política trabalhista feita de concessões, o período Vargas foi marcante para a classe trabalhadora: a criação da carteira de trabalho, a medicina do trabalho, as férias remuneradas e o avanço e consolidação do sistema previdenciário. Todo esse avanço mesmo que tenha representado ganhos para o trabalhado atendia na verdade às necessidades de industrialização do país, sendo marcado por um sistema de controle, cerceamento de liberdades e repressão ao pensamento divergente.

O período que se estende de 1945 a 1974 tem como marca a busca pelo crescimento econômico, por meio da industrialização, e isso vai exigir a execução de políticas de qualificação e melhoria do perfil da mão de obra brasileira, a fim de dar conta das necessidades da indústria nascente. Quanto ao papel do trabalhador, este continua relegado ao segundo plano em detrimento do capital. A estratégia adotada para a melhoria da qualidade da mão de obra foi centrada no ensino técnico profissionalizante.

Na questão da organização e do movimento dos trabalhadores, a política adotada pelo Estado após a era Vargas, continua sendo de controle pelo Estado dos sindicatos, sendo marcante no campo das concessões aos trabalhadores a criação do fundo de garantia por tempo de serviço, no ano de 1966. A criação do FGTS atende à necessidade do trabalhador, pois permite a este ter uma poupança em caso de demissão, mas atende, também, aos interesses dos empresários, ao facilitar a demissão do trabalhador, acabando com a estabilidade de 10 anos.

A criação do FGTS, segundo Carvalho e Pinheiro (1999, p. 7) acaba "instituindo o provisionamento compulsório da indenização e acabando com a estabilidade aos 10 anos de serviço, com o que se eliminavam dois elementos apontados como fatores de encarecimento do passivo trabalhista das empresas e de enrijecimento do mercado de trabalho".

Como se pode ver, as concessões feitas aos trabalhadores tinham, na verdade, duplo objetivo: num primeiro momento, atender às necessidades dos trabalhadores; e num segundo momento, criar um mercado de trabalho com leis favoráveis ao empresariado e ao Estado, ressaltando que, independente do juízo que se faça dos motivos de Vargas, foi em seu governo que a política trabalhista no Brasil se configurou.

De acordo com Nascimento (2011, p. 99), "[...] sem discutir se os fins visados por Vargas eram de dominação ou de elevação das classes trabalhadoras, o certo é que nesse período

foi estruturada a ordem jurídica trabalhista em nosso país, adquirindo fisionomia que em parte até hoje se mantém".

Com o advento da constituição de 1988, houve importantes avanços nos direitos trabalhistas, consolidando a proteção do trabalhador como uma obrigação do Estado, porém, ao mesmo tempo, avança no sentido de implantar mecanismos de flexibilização da lei trabalhista, adequando-se a uma situação específica e particular, como expressa o Art. 7º da CF de 1988:

> Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; (...) XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; [...].

Ao dispor sobre a convenção ou acordo coletivo, o disposto constitucional permite que a lei seja flexibilizada para atender uma situação específica, o que veio a fortalecer o movimento sindical trabalhista.

No campo das políticas econômicas, o Brasil entra na década de oitenta sob os ventos do neoliberalismo, movimento iniciado nos Estados Unidos e Inglaterra, e adotados por Fernando Collor de Melo (1989) e, na sequência, por Fernando Henrique Cardoso (1994). Isso trouxe para a economia e para a política os ditames do Consenso de Washington, que se fundamentava na redução do tamanho do Estado via privatização de empresas públicas, a liberalização da economia, entre outras mudanças, fortalecidas na tese de que o Estado é o responsável pelas crises econômicas e pela ineficiência.

Como afirma Filgueiras (2000, p. 83), "o liberalismo que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da 'Era Liberal no Brasil".

As mudanças econômicas oriundas da reforma neoliberal promoveram o aumento da concorrência às empresas nacionais, em função da abertura comercial. Além disso, exigiu das mesmas um forte processo de reorganização produtiva, que vai significar a redução do número de empregos, o surgimento de formas de subempregos, impactando no nível dos salários e na vida do trabalhado, como afirma Sampaio Júnior (2006, p. 241):

> A reforma neoliberal do Estado tem desempenhado um papel determinante na abolição nos direitos trabalhistas. [...] o uso de eufemismo para qualificar as reformas – tais como flexibilização do trabalho, promoção de cooperativas e formação

> profissional para aumentar a competitividade do trabalhador- é arma na guerra simbólica do capital, sustentado pelo Estado neoliberal, contra o trabalho.

O trabalho é impactado pela ação do capital, e isso altera diretamente a vida do trabalhador, tirando deste o trabalho, precariza assim as relações e as condições de trabalho, os, conforme designação de Castro e Mota (2012, p. 9), inempregáveis, que, segundo os autores, representam uma parcela de trabalhadores formada por "indivíduos para os quais não há reserva de lugar, segundo a ordem social mais tradicional, na nova divisão social do trabalho, restando-lhes apenas a responsabilidade pela sua sobrevivência mais básica, a partir das formas mais precárias e instáveis de submissão ao Capital".

Na era neoliberal brasileira, os trabalhadores excluídos do processo produtivo são acolhidos pela economia informal na busca de sobrevivência e ao mesmo tempo os movimentos sociais, sindicatos no período do governo FHC abriram mão da agenda reivindicatória e abordaram uma agenda de conformidade, aceitando o *status quo*, isso devido ao ataque aos direitos trabalhistas em curso na reforma neoliberal do trabalho. Segundo Sampaio Junior (2006, p. 72), devido ao ataque aos direitos trabalhistas e a subordinação da agenda política aos interesses do capital, buscou-se diminuir os efeitos.

> No conjunto do movimento operário, predominou o pragmatismo. Tratava-se de minimizar os prejuízos da ordem global sobre os trabalhadores, fazendo "o possível", isto é, "aceitar o mundo como ele é" e adaptar-se à nova situação, mesmo quando "o possível" significasse quase nada, nada ou mesmo, o que foi a regra, a eliminação de direitos sociais. Assim, a estratégia de acúmulo de forças sofreu uma mudança qualitativa: a luta pela conquista de direitos dentro da ordem foi gradativamente substituída pelo 'melhorismo'. Sem questionar a agenda do capital financeiro, tratava-se de buscar as soluções possíveis para os problemas das pessoas. Já não se lutava pela conquista de direitos coletivos que melhorassem as condições de trabalho e de vida da classe, mas por medidas concretas que compensassem a população desvalida pela falta de direitos. O rebaixamento da pauta política levou à desmobilização dos trabalhadores e aprofundou o processo de burocratização das organizações construídas na década de oitenta.

Isto nos permite afirmar, que no período em que vigora a agenda neoliberal do governo FHC, predomina um acovardamento dos movimentos de trabalhadores, o que vai mudar as expectativas com a chegada de Lula ao poder em 2002.

Na sucessão de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República, criando uma grande expectativa no campo do trabalho, haja vista o histórico de suas lutas no mundo sindical. Dada a origem do presidente Lula, criou-se uma grande expectativa por parte dos movimentos sociais em relação às mudanças no cenário econômico e social, principalmente na questão do emprego.

Entre as iniciativas importantes para os trabalhadores durante seu primeiro governo destacam-se a criação do Fórum Nacional do Trabalho, que tem composição tripartite e paritária; o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; a Mesa de Negociação do Funcionalismo Público; a Câmara Setorial do Serviço Público; o Conselho Nacional de Política Industrial; a Comissão Quadripartite do Salário Mínimo; e as medidas provisórias 293 e 294, que versam respectivamente sobre a Criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho e Reconhecimento das centrais sindicais para participação em conselhos e fóruns públicos, por meio da MP 293, de 8/5/2006. Destacando-se, no seu primeiro mandato, o Fórum Nacional como espaço de diálogo, com objetivos de promover a reforma trabalhista e sindical.

No escopo desse trabalho, destaca-se a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003, como resposta do governo Lula para os movimentos sociais ligados ao mundo do trabalho.

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR TRABALHO

Os movimentos sociais representam a sociedade em constante mudança e têm como objetivo a melhora das condições de vida da população. O surgimento do capitalismo, como conhecemos, resultou na divisão da sociedade em dois grandes grupos: os que têm os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho.

Essa divisão resulta em constante luta e resistência: de um lado, quem procura dominar; de outro lado, quem resiste à dominação. E nesse embate, setores da sociedade se organizam na luta por seus direitos, o que faz surgir os movimentos sociais, que representam um modo de resistência na luta por uma vida melhor.

As grandes conquistas para os trabalhadores não nasceram da bondade do patronato, mas da luta e perseverança dos trabalhadores, o que demonstra a importância dos movimentos operários pelo mundo afora.

Uma das grandes conquistas do movimento dos trabalhadores foi a regulação da jornada de trabalho, que no Brasil foi decretada em 1933 por Getúlio Vargas, seguindo as mudanças que se antecederam em todo o mundo, porém destaca-se que essa conquista foi apenas para o trabalhador urbano, sendo que, para os trabalhadores do campo, nada mudou.

Os primeiros movimentos de trabalhadores foram as caixas beneficentes e outras formas de ajuda mútua, que vão se somar aos movimentos de resistência que começaram a surgir no final do século XIX e que vão ficar conhecidas como ligas operárias e união dos trabalhadores, configurando o que viria a ser o movimento operário brasileiro. Esses

movimentos, conforme Giannotti (2007, p. 56), "passaram a ter, cada vez mais, um caráter de resistência e luta. Foi este o caminho que rapidamente levou a formação dos sindicatos. Já no início do século XX, a palavra sindicato era adotada para indicar a organização operária".

O surgimento e a evolução do movimento operário no Brasil estão diretamente associados à evolução da industrialização, que no país acontece tardiamente, atrasando, consequentemente, a organização desses movimentos. Conforme Giannotti (2007, p. 62), no Brasil, "durante os primeiros trinta anos do século, não havia leis que protegessem os trabalhadores. Tudo se resolvia nas patas dos cavalos da polícia, chamada, então, de Força Pública".

Nos anos 30, o movimento operário no Brasil, ao mesmo tempo em que é reprimido pelo estado, ganha formalização e embasamento legal com o Decreto Lei nº 19.770[4], conhecido como a primeira lei sindical brasileira que atrelava o sindicalismo ao estado brasileiro, mantendo o poder de domínio do Estado.

O período que se estende até 1937 foi importante no surgimento dos movimentos sociais, com ações direcionadas a diferentes seguimentos da sociedade, como apresenta Gohn (2000, p. 17):

> No período de 1930-1937, entre os quais o Movimento dos Pioneiros da Educação (1931), a Marcha Contra a Fome (1931), a Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932), a Revolta do Caldeirão no Ceará (1935), a criação da Aliança Libertadora Nacional (1935), o Movimento Pau de Colher (ocupação de terras na Bahia, em 1935), revoltas militares etc.

Porém, com o golpe de 1937, os conflitos sociais são amortecidos pela repressão, diminuindo, assim, a ação dos movimentos sociais.

---

[4] O referido decreto, em seu art. 1º, dizia: O Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil decreta: Art. 1o Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da Republica e por intermédio do 17 Ministério do Trabalho, Industria e Comercio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operarias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição ás seguintes condições: a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos; b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados; c) exercício dos cargos de administração e de representação, confiado á maioria de brasileiros natos ou naturalizados com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil de, pelo menos, 20 anos; d) mandato anual em tais cargos, sem direito a reeleição; e) gratuidade absoluta dos serviços de administração, não podendo os diretores, como os representantes dos sindicatos, das federações e das confederações, acumular os seus cargos com os que forem remunerados por qualquer associação de classe; f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos á natureza e finalidade das associações. BRASIL. DECRETO Nº 19.770/1931, p. 01).

Ainda na perspectiva de legalizar o sindicalismo e manter o controle destes pelo Estado, é criado, em 1939, o Decreto-Lei nº 1.402, que, mantendo o enquadramento sindical, tinha a função de autorizar a criação ou não de sindicatos, e, dessa forma, manter sobre controle estrito a organização e o movimento dos trabalhadores.

No período que se estende até o início do regime militar de 1964, o Brasil assistiu ao florescer de diversos movimentos sociais, como as Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores sem Terra, embrião do atual movimento dos Sem-terra.

Alem dos movimentos, surgiram importantes lutas trabalhistas, como as greves, embora esses movimentos passem a ser inviabilizados a partir do golpe militar de 64, quando a mobilização e a organização popular foram proibidas. Mesmo assim, algumas greves foram realizadas e novos sujeitos entraram em cena, destacando-se a juventude universitária, que tentou realizar clandestinamente em 1968 o 30º congresso da União Nacional dos Estudantes, não obtendo êxito, pois segundo o documento Retrato do Brasil (PEREIRA, 1984, p. 81):

> [...] ao tentar repetir a proeza de 1966, desta vez para realizar clandestinamente, em 1968, o 30º Congresso, em uma fazenda em Ibiúna (sul do Estado de São Paulo), os mil delegados da UNE acabaram sendo presos, inclusive todos os seus líderes. Alguns deles, mais tarde, seriam forçados ao exílio e a voz dos estudantes foi silenciada por mais de dez anos. Apenas em maio de 1979, no 31º Congresso, realizado em Salvador, os estudantes iniciaram a reconstrução de sua entidade nacional.

Foi assim que o regime militar inibiu qualquer forma de mobilização popular, ao criar instrumentos de censura e controle, como apresenta Gohn (2000, p. 17):

> O golpe militar de 1964 pôs fim a um ciclo de mobilização e organização popular. Entre 1964 e 1969 os movimentos de resistência foram poucos. No meio industrial ficaram famosas as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP). Os estudantes, influenciados pela conjuntura nacional e internacional- principalmente o maio de 68 na França e a política cultural maoísta na China - entraram para a história como novos atores em cena, naquele período. O Estado redefiniu suas leis e criou novos aparelhos burocráticos de controle. O Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, cassando e punindo pessoas e estabelecendo severas restrições aos direitos sociopolíticos dos cidadãos, foi o ponto culminante de uma era de medo, repressão e violação dos direitos humanos, comandada por regimes militares que se espalhariam por toda América Latina.

Do início da ditadura até a década de 1970, o movimento dos trabalhadores no Brasil foi incipiente em função da repressão patrocinada pelo Estado. Porém, a partir da segunda metade da década, uma série de lutas foi importante na consolidação do movimento trabalhista brasileiro, como a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), fruto da luta sindical dos metalúrgicos no ABC paulista.

Em 1983, é criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras agremiações trabalhistas, o que faz da década de 1980 muito prodigiosa para o movimento trabalhista brasileiro, que, em conjunto com os movimentos na luta pelo fim da ditadura militar, vão consolidar os movimentos sociais no Brasil, os quais, além do trabalho, buscavam construir alternativas para a exclusão social provocada pelos avanços da globalização e do neoliberalismo.

Com as mudanças econômicas influenciadas pela globalização, principalmente no mundo do trabalho, as demandas mudam, e o enfoque dos movimentos sociais passa a ser os setores mais excluídos, com grande ênfase na questão do desemprego e da inclusão produtiva. A esse respeito, Picolotto (2008, p. 75) afirma que "os movimentos sociais do período contemporâneo têm buscado produzir alternativas para propiciar a sobrevivência de setores sociais excluídos da sociedade de mercado ou para negar as relações econômicas de mercado".

Ao mesmo tempo em que a década de 80 é prodigiosa para o surgimento dos movimentos sociais, também os campos de luta se modificam, e um dos novos enfrentamentos dos movimentos sociais é o neoliberalismo como apresentando anteriormente, o qual avança no mundo do trabalho, fazendo-se necessário elaborar estratégias para combater o desemprego e a informalidade a que estão sujeitos os trabalhadores no Brasil, desenvolvendo-se, então, projetos de geração de emprego e renda, que tinham como objetivo a inclusão produtiva.

2.3.1 Economia solidária: o mundo do trabalho em movimento

Na busca por estratégias de combate ao neoliberalismo, uma das frentes é a inclusão produtiva, com ênfase na solidariedade, cooperação e autogestão, organizada pela Cáritas Brasileira[5], a partir de 1956, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Tais projetos visavam garantir emprego e renda para os excluídos por meio de pequenasiniciativas de panificação, de agricultura em pequenas propriedades, construções de cisternas e sistemas de irrigação, bem como projetos de costura e artesanato, entre outros.

[5]A Cáritas Brasileira Fundada em 1956 é um organismo sócio pastoral ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e filiado à Cáritas Internacional. Com sede no Vaticano e origem em 1897. Esta rede está subdividida em 7 regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA - Oriente Médio e Norte da África.

Os PACs não foram somente um conjunto de projetos para gerar emprego e renda, mas representaram uma mudança na perspectiva de ação da Cáritas, que até então atuava através de ações assistencialistas, mudando de um modelo de ação assistencialista para um focado na caridade libertadora, embasado na teologia da libertação. Segundo Bertuci e Silva (2003, p. 31), com o "desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectiva para essa ação: tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade".

Os PACs vão ser fundamentandos em práticas que permitam a proatividade de mulheres e homens na busca de seu sustento, saindo assim da perspectiva da caridade assistencialista para a caridade libertadora. Conforme afirma o caderno *Mística e Espiritualidade* publicado pela Cáritas (POLETTO, 2003, p. 22), o trabalho nos PACs estava fundamentado na caridade libertadora:

> A caridade, o amor libertador se faz presente em todas as formas de solidariedade, mesmo nas de socorro imediato, desde que realizadas como reconhecimento de um direito das pessoas e como um convite para uma prática maior de cidadania. E vai até as ações que têm como objetivo a transformação profunda das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade.

Essa caridade libertadora é que funndamentou as ações protagonizadas pela Cáritas nos pequenos empreendimentos que surgiram a partir dos PACs e que tinham como objetivo promover mudanças nas estruturas econômicas pela solidariedade, ou seja, acreditava-se que a saída para a estrutura econômica injusta era o fortalecimento das relações entre as pessoas, acreditando que as mudanças pudessem acontecer a partir dos seus membros.

Ainda no campo do trabalho fundamentado na cooperação e na solidariedade, os trabalhadores de empresas falidas se organizam em cooperativas para fazer a gestão das empresas em processo de falência, o que institui a ANTEAG.

A ANTEAG surge com objetivo de organizar e capacitar os trabalhadores que assumem tais fábricas, passando a ser, ao mesmo tempo, patrão e dono. Segundo a ANTEAG (2002, p. 22), "o caminho é educar os proprietários coletivos para que assumam o controle da gestão. Não é por outra razão que a Anteag investe 70% da sua força na educação dos gestores. Não adianta ter o controle da empresa se não se tem controle da gestão." (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS E AUTOGESTÃO, 2002, p. 22).

As experiências pioneiras de geração de trabalho e renda dos PACs e da ANTEAG vão caracterizar os Novos Movimentos Sociais Econômicos (NMSE), que têm como foco de

atuação os excluídos do mercado de trabalho, a fim de buscar a construção de uma nova economia, como afirma Picolotto (2008, p. 81):

> Os novos movimentos sociais têm procurado desenvolver estratégias que possibilitem a criação de mecanismos econômicos autônomos em várias partes do mundo. Criam-se cooperativas de trabalho, de produção, recuperam-se empresas falidas, trabalha-se "finanças solidárias", "empresas sociais", "redes de trocas", etc.

É nesse contexto, que, conforme Picolotto (2008, p. 81), "surge a 'economia solidária', afirmando a autonomia e a dimensão política das estratégias econômicas de inserção social". A economia solidária na perspectiva de Picololto não objetiva a superação do modo de produção capitalista, mas sim ser uma forma de economia que permita a inserção social, indo ao encontro dos pressupostos da Cáritas, entidade que tem papel fundamental no desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

Para Singer (2003, p. 116), a economia solidária:

> Gira em torno da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por suas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

No mesmo embasamento de Singer, dada a sua participação efetiva enquanto diretor e idealizador da Secretaria Nacional de Economia Solidária, o texto de referência da primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) apresenta a economia solidária do seguinte modo:

Sd1 (SENAES) A Economia Solidária é, pois, uma *alternativa* ao modelo econômico capitalista (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006. p. 4, grifo nosso).

Ao propor a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, a I CONAES produz efeitos de sentidos que nos fazem pensar a economia solidária como estratégia que aponta para duas direções, a primeira: capaz de superar ou transformar capitalismo; ou mesmo possibilitar a convivência de uma outra economia no interior da formação social capitalista, formação social esta compreendida de acordo com Ferreira (2001, p. 16), como "espaço a partir do qual se pode prever os efeitos de sentido a serem produzidos".

Portanto, temos aqui nesta alternativa a identificação do sujeito com uma política pública da economia solidária que se filia a um discurso socialista, e aponta como alternativa econômica ao capitalismo.

A Sd a seguir, a segunda direção apresenta a economia solidária como possibilidade da supressão do patrão e do fim do antagonismo de classe:

Sd 2 (SENAES): Os *meios de produção* de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de *controle, gestão e propriedade coletiva* dos participantes do empreendimento (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006. p. 2, grifo nosso).

O discurso da SENAES possibilita efeitos de sentido na perspectiva do socialismo que, fundamentado na ideologia socialista do secretário Paul Singer, constrói a economia solidária como um modo de produção, embasado no modo de produção socialista, no qual a posse dos meios de produção é coletiva, como afirma a SENAES (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013, p. 13):

> Como modo de produção, a economia solidária apresenta vantagens em relação ao capitalismo e ao contrário dele se propõe a tornar-se um novo sistema socioeconômico, uma economia social pós-capitalista cujas atividades tenham como fim a satisfação sustentável das necessidades e o desenvolvimento humano e social.

A partir dos fundamentos da SENAES, as considerações formuladas no documento da I CONAES assinalam para a compreensão de que a economia solidária se configura como um efetivo modo de reordenamento das relações historicamente estabelecidas entre o homem versus o trabalho.

A gestão coletiva ou autogestão na economia solidária produz efeitos de sentido de superação da lógica capitalista, para a qual o mundo do trabalho é marcado por duas classes: o patrão e o empregado.

A propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores garante a repartição dos ganhos gerados na produção, como afirma a SENAES (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013, p. 16):

> A afirmação da propriedade coletiva e da gestão compartilhada dos meios e instrumentos de produção implica na partilha dos resultados da atividade econômica, aproximando a economia solidária de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza.

A posse dos meios de produção não representa somente a possibilidade de repartição dos resultados, mas também a recuperação por parte dos trabalhadores daquilo que lhes foi expropriado pelo capitalismo e pela fábrica capitalista.

Nessa direção, o sociólogo e pesquisador da economia solidária Gaiger (2003, p. 194) afirma que a economia solidária permite a "reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza", ou seja, as experiências de economia solidária tendem a fomentar um novo olhar dos trabalhadores sobre o trabalho, sua significação e contribuição não apenas para sua condição pessoal, mas também para sua condição de ser social, que vive, se desenvolve e evolui em sociedade a partir de formas diferenciadas de relações de convívio, a exemplo do trabalho.

Para a economia solidária, o trabalho recupera a sua ênfase humana, como afirma Gaiger (2003, p. 193), "ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano". Nisso, acredita-se que a economia solidária tem como papel resgatar a dignidade humana, combatendo de forma efetiva a expropriação do trabalho pelo capitalismo, recuperando a centralidade do trabalho como elemento de construção da vida.

Porém, muitos dos empreendimentos de economia solidária ainda dependem do mercado capitalista, pois são dependentes de fontes de financiamento, fornecimento de matéria prima, dentre outros. Conforme argumenta Gaiger (2003, p. 194), "a economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista".

Ou seja, o empreendimento econômico solidário é um espaço onde as relações de produção são diferentes do capitalismo, mas esta outra forma de relação de produção convive com a ameaça da forma de reprodução capitalista. A linha que separa o empreendimento do mundo capitalista da economia capitalista é cotidianamente rompida por seus membros, pois estes estão divididos entre dois "mundos", já que, ao mesmo tempo em que estão dentro do empreendimento de economia solidária como sujeito solidário, cooperativo, eles precisam interagir com a sociedade cujas premissas são individualistas, vivendo, assim, uma dualidade entre ser solidário em função da economia solidária e ser individualista em função da lógica capitalista.

Motivo pelo qual, segundo Gaiger (2003, p. 205):

> [...] a economia solidária precisa fomentar a solidariedade nas relações de trabalho e, ao mesmo tempo criar novas possibilidades de produção, onde o trabalho e os meios de produção pertençam ao trabalhador, reconstruindo assim a separação ocorrida com

> a revolução industrial como afirma Gaiger: Assim, coloca-se a possibilidade de reversão daquele processo vital ocorrido nos primórdios do capitalismo, de separação entre o trabalhador, os meios de trabalho e o seu produto, separação em que se assentam a alienação e a submissão ideológica do proletariado. As experiências concretas de solidarismo econômico teriam a faculdade de arrancar os trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos fins que elege.

Como podemos observar, a economia solidária então se apresenta na perspectiva de Luiz Gaiger e de Paul Singer como uma forma alternativa ao capital ou mesmo de superação do modo de produção capitalista. Nos rincões do Brasil, as experiências de produção e geração de renda dos PACs vão se constituindo como economia popular solidária[6].

Na perspectiva da Cáritas brasileira, não havia preocupação em contestar o capitalismo, mas sim criar estratégias de prover às pessoas mais pobres e excluídas formas de sustento, originando, assim, a economia popular solidária, terminologia ligada aos empreendimentos que surgem a partir dos projetos da Cáritas e que configuram os pequenos empreendimentos produtivos.

Dos pequenos empreendimentos coletivos, o movimento da economia popular solidária se transforma num movimento dos trabalhadores excluídos do processo produtivo, como contestação e resistência ao capitalismo, passando, portanto, a ser chamado de economia solidária.

Segundo Nascimento (2004, p. 5), "a estratégia da economia solidária autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista".

Nessa perspectiva, a economia solidária caracteriza o movimento não somente na busca por trabalho e renda, mas na transformação social, política e econômica da sociedade, fundamentada pela autogestão dos meios de produção e modificando a estrutura social, ou seja, construindo um novo modelo não só econômico, mas também político.

Nesse contexto, a autogestão não é somente um modelo de administração, mas sim um sistema que proporciona autonomia e empoderamento, permitindo ao trabalhador administrar seus recursos produtivos em plenitude, como afirma Veronese (2004, p. 109):

---

[6] Segundo Souza (2007, p. 9), "Após uma profunda reflexão sobre a formação e atuação dos PACs, a Cáritas decidiu dar a eles maior atenção e projeção, cunhando o termo Economia Popular Solidária, que foi assumido como uma de suas Linhas de Ação (linha 4) para o quadriênio 2000-2004".

> A autogestão é outro critério importante no campo da economia solidária; ela diferencia-se da heterogestão onde um patrão, chefe, supervisor, ou consultor nos modelos de gestão contemporâneos, decide, orienta e define os rumos dos processos e das relações da e na produção. Na autogestão, cada um deverá ser gestor, discutindo em grupo quais são as ações prioritárias, como férias, ganhos financeiros etc. O sujeito é interpelado a ser seu próprio gestor, geralmente tendo toda uma história de subordinação nas experiências anteriores de trabalho, heterogestionárias e autoritárias.

Dessa forma, a economia solidária procura romper com o passado do empreendedor, em que este sempre esteve subordinado ao processo de produção, e apresenta uma nova forma não só de fazer a gestão do empreendimento de forma coletiva, mas também de vida. Isso exige, além de aprendizagem, formação, mudança de vida, de luta interna para sair de um modelo no qual o sujeito aprendeu desde cedo a obedecer ou mandar, dependendo do lugar em que este ocuparia na sociedade, a ser um sujeito que não manda nem obedece, mas constrói a sua história de forma coletiva.

Assim, afirma Penteado (1986, p. 86) que "a participação do trabalhador em termos da autogestão envolve uma interferência não só econômica como política, separando o exercício do poder econômico da posse do capital". Nesta perspectiva, a SENAES (2013, p. 5) afirma a economia solidária como uma "alternativa ao modelo capitalista e estratégia para um novo modelo de desenvolvimento, sustentável, includente e solidário considerando a pluralidade de lutas sociais e a diversidade de sujeitos que configuram sua base social".

A SENAES, segundo o MTE (BRASIL, 2003, p. 4), assumiu o desafio de "fortalecer as experiências de autogestão como resposta ao desemprego, intensificando as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação popular".

Dentre as ações da SENAES, entendermos I CONAES como o embrião das outras duas conferências realizadas em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Segundo a SENAES (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009, p. 1), as conferências representaram um "importante espaço de interlocução entre governo e sociedade civil para a afirmação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento, a partir do debate e proposição de princípios, diretrizes, estratégias e prioridades para as políticas voltadas ao fortalecimento da economia solidária".

Os documentos das três conferências representam as expectativas para a economia solidária no Brasil para os próximos anos, apresentando a vontade de trabalhadoras e trabalhadores, apoiados pelas entidades de apoio e gestores públicos. Esses documentos foram

um marco importante na consolidação da economia solidária no Brasil, pois, além de ser instrumento de política pública, definem o que é economia solidária, qual o papel desta na construção de uma nova sociedade, que tipo de economia se quer construir e qual sujeito é responsável pela sua construção.

A SENAES não é uma concessão governamental, mas sim o resultado da articulação e luta do movimento que se organiza e articula no primeiro Fórum Social Mundial, que aconteceu em Porto Alegre, no ano de 2002. Com a criação do Fórum brasileiro, diversos fóruns são criados nos estados e municípios, construindo a identidade da economia solidária no Brasil. Além da SENAES e dos Fóruns, outras entidades de apoio à economia solidária surgiram com o objetivo de estudar, compreender e propor ações visando ao fortalecimento do movimento, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), por exemplo.

A primeira ITCP foi criada pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, mais conhecido como COPPE, instituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1995. As incubadoras são espaços multidisciplinares, formados por professores, alunos de graduação, de pós-graduação e funcionários.

Outra instância importante da economia solidária no Brasil, formada pelos empreendimentos, é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

2.3.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

A principal instância popular de incentivo e assessoramento da economia solidária no Brasil é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que surgiu a partir dos movimentos sociais reunidos no I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, em 2001, como apresenta o FBES (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 1):

> O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelam-se na oficina denominada "Economia Popular Solidária e Autogestão" onde se tratava da auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

Como movimento social, o FBES tem como objetivo apoiar, propor e organizar os empreendedores sociais para uma constante mobilização em busca da consolidação da economia solidária nas diversas instâncias públicas e, ao mesmo tempo, produzir documentos

e estudos que buscam dar suporte aos militantes da economia solidária espalhados nas diferentes estâncias de participação e grupos.

O funcionamento do FBES está estruturado a partir de três segmentos de empreendimentos solidários: entidades de assessoria, de fomento e gestores públicos. A maior instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento, além de três representantes por estado, indicados pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

A representação por estados é formada por dois (2) representantes de empreendimentos e um (1) representante de entidade de assessoria. A coordenação geral também é composta por dois (2) gestores por região e mais dois (2) gestores no nível nacional, ambos indicados pela Rede de Gestores. A Coordenação Nacional reúne-se duas vezes ao ano.

Até agosto de 2011 eram sete (7) as entidades nacionais do FBES. Representação de empreendimentos: Unisol, Anteag e Unicafes; entidades de apoio e fomento: Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho, composto, ainda, pelos empreendimentos econômicos Solidários (EES), entidades de apoio e fomento (EAF) e os Gestores Públicos, onde está inserida a SENAES, como nos mostra a ilustração a seguir, que apresenta, segundo o portal do Fórum Brasileiro, a estrutura orgânica do FBES.

Figura 1 - Estrutura da Economia Solidária – FBES

Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2015.

A economia solidária, apesar de ser constituída por diversos segmentos, como citados anteriormente, tem a sua existência, enquanto movimento social, só quando se realiza nos empreendimentos ou nos grupos de economia solidária. Ou seja, mesmo existindo diversos segmentos, entidades de apoio e de fomento, órgãos públicos, é nestes espaços que acontece a dinâmica da geração de trabalho e renda, da autogestão e da solidariedade nas relações econômicas através dos diversos segmentos de produção.

Os empreendimentos de economia solidária se caracterizam e ganham visibilidade quando, em seu interior, acontece a autogestão, e só assim é que se pode afirmar que o empreendimento tem vida própria, consistindo na sua identidade social.

É no empreendimento solidário que o trabalho se valoriza, permitindo, assim, a produção e a reprodução da sociedade.

Nessa perspectiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2015, p. 1) afirma que:

> Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a

> reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Nesse sentido, é importante compreender a essência da economia solidária concretizada nos empreendimentos, que podem se configurar de diferentes formas, como define o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2015, p. 2):

> Organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

Os empreendimentos representam uma diversidade importante de ações que estão espalhadas pelos diversos setores da economia, com presença em todos os estados da Federação, constituindo uma nova economia, fundamentada na cooperação em contraposição à economia capitalista, fundamentada na competição.

Nos empreendimentos acontece, segundo Gaiger (2003, p. 193), "uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza, diferenciando-se assim do modo de produção capitalista onde o trabalhador é aviltado dos meios de produção, restando a este vender sua força de trabalho".

A propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores garante a repartição dos ganhos gerados na produção, como afirma a SENAES (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013, p. 160):

> A afirmação da propriedade coletiva e da gestão compartilhada dos meios e instrumentos de produção implica na partilha dos resultados da atividade econômica, aproximando a ES de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza.

Outro segmento importante da economia solidária são as Entidades de Assessoria e Fomento. Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2015, p. 2), "são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa".

No escopo das entidades de apoio e fomento à economia solidária, estão as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), a rede de ITCPs e outras organizações sem fins lucrativos, como a Cáritas Brasileira.

Ainda dentro dos segmentos estão os gestores públicos, que têm como papel implementar e coordenar as políticas públicas de economia solidária nos diferentes entes governamentais.

Conforme o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2015, p. 3), a:

> Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de Prefeituras, Governos Estaduais e do Governo Federal que surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas que participaram do processo de criação do FBES desde 2001, com a missão de ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

Os diversos atores da economia solidária, no Brasil, podem ser visualizados na imagem a seguir.

Figura 2 - Mapa da Economia Solidária no Brasil - MTE 2006

Fonte: (BRASIL, 2006)

A economia solidária no Brasil é uma construção social, que, ao longo dos anos, foi agregando diversas instituições privadas e públicas, se consolidando como uma grande rede amarrada por elos de solidariedade e cooperação, construindo um novo sujeito solidário, que em pequenos grupos e empresas em processo falimentar construíram aquilo que pode ser o embrião de uma alternativa de superação do sistema capitalista.

No próximo capítulo, abordaremos a economia solidária na perspectiva da Análise do Discurso (AD), na busca de compreender como homens e mulheres com seus discursos e sentidos se significam nesta nova prática econômica da economia solidária.

3 O SUJEITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENTRE A CONSTRUÇÃO E A CONTRADIÇÃO

Nesta pesquisa, buscamos analisar o discurso que subjaz a economia solidária e quais sentidos são produzidos pelos diferentes sujeitos que fazem acontecer a economia solidária. Buscando compreender qual a apreensão feita pelos sujeitos envolvidos nos empreendimentos de economia solidária analisados aqui, evidencia-se, por meio da análise de seu discurso, a apreensão e a implementação dos princípios da economia solidária na sua prática.

Para isso, buscamos aporte teórico na AD para entender em quais condições de produção os discursos são produzidos e como são engendrados dentro de uma determinada formação social.

Segundo Cazarin (2005, p. 309),

> Os sentidos são produzidos por sujeitos inscritos na história, 'num processo simbólico duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia', daí se poder compreender que, apesar de o papel do sujeito ser determinante na constituição dos sentidos, esse processo 'escapa ao seu controle consciente e às suas intenções'.

O discurso é para a AD uma construção histórica e social, atravessado pela ideologia, pela política, pela história e pelos sentidos. Como afima Pêcheux (1997, p. 97), "[...] é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]". Julgamos, portanto, que a AD pode nos ajudar, pois a compreensão do mundo do trabalho, além das suas implicações legais, passa necessariamente por aquilo que é dito e, em quais condições de produção é dito, enfim, como e em quais condições os sujeitos do mundo do trabalho produzem seus discursos.

Desse modo, lançamos um olhar discursivo para os seguintes materiais que analisamos aqui: 1) o documento base da I CONAES, produzido pela SENAES; 2) as cartilhas de formação, especificamente as: *Fortalecimento da economia solidária no Brasil*, *Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece*, *Mística e Espiritualidade* e *Outra Economia em nossas mãos*, produzidas pela Cáritas; e 3) as entrevistas realizadas com as mulheres membros dos empreendimentos de economia.

No caso da SENAES, temos o sujeito que produz e dá sentido aos discursos da economia solidária, inserido num contexto político e governamental, pois este órgão é uma secretaria de governo e, como tal, atende aos interesses governamentais. Já a Cáritas enuncia e produz sentidos num contexto religioso como uma entidade da Igreja e, portanto, atende aos

interesses da religião católica. Por fim, no caso das mulheres dos empreendimentos, os discursos produzidos ora se identificam ao discurso capitalista, pois estas estão inseridas no capitalismo, ora ao discurso socialista, pois estão inseridas dentro dos empreendimentos de economia solidária, também não deixando de ser afetadas pelo discurso religioso, uma vez que os empreendimentos pesquisados foram formados e capacitados em economia solidária pela Cáritas nos seus programas.

O discurso produzido pela Cáritas em seus diversos documentos na perspectiva da economia solidária, e aqui especificamente nesses acima citados, tem embasamento no discurso religioso, dado a sua filiação à Igreja católica. Especificamente no caso da economia solidária, a Cáritas fundamenta seu trabalho no discurso da teologia da libertação, movimento católico, propagado no Brasil por meio das comunidades eclesiais de base (CEBs).

A teologia da libertação segundo (MONDIN, 1980, p. 25) é "[...] um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora".

A fundamentação libertadora da teologia da libertação encontrou no final da década de 1970 e inicio de 1980 o solo fértil das comunidades pobres do Brasil, e vai permitir a instalação de um novo modelo de ação da Cáritas, que vai dar origem aos PACs, ações essas produzidas a partir da mudança de um perfil assistencialista da Cáritas para um perfil libertador, com a proposta da caridade libertadora, como apresentado anteriormente.

Os discursos produzidos pelos sujeitos acima elencados e nos materiais analisados se dão no interior da formação social capitalista. Para compreender o que é uma formação social, buscou-se em Althusser (1999, p. 42), que a define como:

> Um conceito científico enquanto faz parte de um sistema teórico de conceitos, completamente estranho ao sistema de noções ideológicas ao qual se refere a noção idealista de "sociedade" [. Assim,] uma formação social designa toda "sociedade concreta" historicamente existente, e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí.

Portanto, a ideia de formação social que é abordada nesta pesquisa nos sinaliza para a realidade na qual estamos inseridos e também os sujeitos da nossa pesquisa, em que o capitalismo é o modo de produção dominante, porém permite a existência de outros modos de produção, como afirma Singer (1999, p. 139):

> Os modos de produção em conjunto formam a infra-estrutura econômica da formação social capitalista. As relações sociais que se estabelecem entre os produtores e os consumidores, inseridos nos diversos modos de produção, são reguladas por normas,

> leis e valores derivados de estruturas legais, políticas e culturais que formam a supraestrutura.

O capitalismo como formação social, composto por diferentes modos de produção, tem como predominante a produção capitalista, que fundamenta seu domínio na imposição de uma postura individualista, em que fracasso ou o sucesso dependem apenas do indivíduo, o que torna a competição uma característica natural do processo social. Desse modo, desconstroem-se as relações de solidariedade existentes na sociedade e, sobretudo, no mundo do trabalho, em que se instituem os interesses de classes.

A desconstrução das relações de solidariedade está fundamentada na ideologia individualizante produzida pelo capitalismo e disseminada através dos aparelhos ideológicos do estado.

Segundo Pêucheux (1995, p. 146),

> Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado) que, ao mesmo tempo, possuem caráter "regional" e comportam posições de classe: os "objetos" ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a "maneira de se servir deles" – seu "sentido", isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem – o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia.

Por meio dos objetos ideológicos o capitalismo condiciona a produção da vida material de toda a sociedade, não excluindo ninguém da reprodução do capital. Na perspectiva da AD, a ideologia é condição para a existência do sujeito assim como o sujeito é condição para a existência da ideologia, e nessa perspectiva a produção de sentido se dá no interior das formações ideológicas, pois são estas que vão constituir os sujeitos e seus discursos. Nesse caso, os sujeitos da economia solidária vão produzir seus discursos e sentidos a partir da formação ideológica capitalista, socialista e religiosa.

Entende-se por formação ideológica, conforme Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), "um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos às posições de classes em confronto umas com as outras. Comporta, necessariamente, uma ou mais formações discursivas interligadas".

No caso dos sujeitos da economia solidária em estudo nesta pesquisa, estamos observando três formações ideológicas determinantes nos seus discursos:

No caso da SENAES, temos a formação ideológica socialista, principalmente pela influência da formação de Paul Singer, secretário e idealizador da base teórica que fundamenta a SENAES e os documentos da I CONAES, como mostra a Sd a seguir:

Sd 3 (I CONAES): A Economia Solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão *e propriedade coletiva* dos participantes do empreendimento. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006. p. 2).

Na perspectiva da SENAES, representada por Paul Singer, a economia solidária é um modo de organizar a produção, e seu discurso é filiado à ideologia socialista, para a qual os valores fundamentais são relacionados com a propriedade coletiva dos meios de produção. Singer (2002, p. 10) afirma que "a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual".

Isso produz efeitos de sentidos que identificam a economia solidária com valores ineretes à lógica socialista, na perspectiva de superar a divisão de classes (trabalhadores x capitalistas) existentes no capitalismo.

A Cáritas assume os discursos da formação ideológica religiosa, especificamente a religião católica, que vai fundamentar os documentos em estudo e todo o agir e pensar dos seus envolvidos. Vejamos na Sd a seguir retirada do documento Mística e Espitualidade:

Sd 4 (Cáritas): anunciar, com ações e palavras, e especialmente com a conquista da *cidadania plena* para todas as pessoas, que o projeto de sociedade deve contar com a participação dos excluídos, e que ele deve conter qualidades que o liguem ao *Reino de Deus*. Trata-se de uma missão que mexe com as estruturas da sociedade e com a cultura de dominação. (POLETTO, 2003, p. 18).

A Cáritas como entindade filiada à Igreja católica nas suas ações produz efeitos de sentidos que a identificam com a religião e, portanto, ao mesmo tempo em que procura negar o capitalismo, não se identifica com o socialismo. Ao anunciar a cidadania plena produz efeitos de sentido de utopia, pois dentro do capitalismo, não existe possibilidade real de inclusão plena, dadas as características do sistema econômico, materializa-se assim a distância entre o que existe na realidade e aquilo que se deseja.

A ligação da cidadania plena com o *Reino de Deus*, conforme Sd 4, reforça a perspectiva de utopia, portanto uma negação do modelo de sociedade e economia atual, porém produz efeitos de sentidos de estímulo, mecanismo que mantém o sonho vivo.

Aqui temos a plena identificação do sujeito enunciador da Cáritas com os saberes da ideologia religiosa, ao ressaltar a perspectiva do *Reino de Deus* como transformação das

estruturas da sociedade e ao mesmo tempo identifica o sujeito enunciador com os saberes socialistas, que pregam a transformação das estruturas da sociedade.

Os membros dos empreendimentos de economia solidária são influenciados pela formação ideológica socialista, religiosa e capitalista, dado o modo como as políticas públicas da SENAES, a formação e capacitação realizada pela Cáritas e pelo capitalismo como sistema econômico dominante, os interpelam.

Sd5: (SENAES) À medida que se organiza e se integra, a Economia Solidária contribui para construir uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é, necessariamente, includente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a *inclusão de novos participantes* ou com a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas *margens de sustentabilidade*. Entende-se como uma sociedade sem classes a sociedade socialista. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 4).

Sd6: (Cáritas) Em várias regiões, o movimento de Economia Solidária discute com os bancos públicos e com os governos a destinação de recursos para o fomento à Economia Solidária. (CÁRITAS..., 2006, p. 14).

As duas sequências discursivas apresentadas acima nos mostram como a economia solidária, por meio dos seus empreendimentos econômicos, identificam-se com saberes socialistas ao produzir efeitos de sentidos de cooperação, da constituição de uma sociedade sem classes.

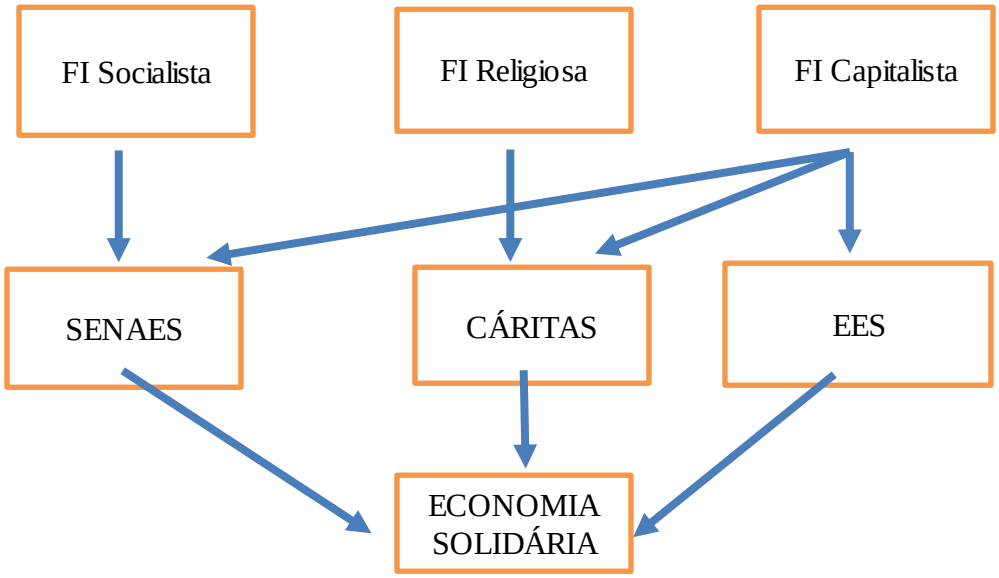
Ao mesmo tempo, a Sd5 mostra que o empreendimento solidário precisa respeitar as margens de sustentabilidade que, nesse caso refere-se à sustentabilidade econômica enquanto conceito capitalista, o qual tem como premissa gerenciar um negócio em função de uma rentabilidade esperada. Portanto, numa clara contradição de que eles se beneficiam com a inclusão de novos participantes, ou seja, se beneficia, porém há implicito uma ressalva, que é a da necessidade de sustentabilidade econômica.

A adesão de novos participantes no empreendimento é livre e benéfica, mas desde que respeite a sustentabilidade econômica, o que mostra a identificação com os saberes capitalistas.

A sd6 mostra que os empreendimentos econômicos solidários precisam dos recursos dos bancos públicos, um aparato financeiro do Estado no capitalismo, o que marca novamente a contradição porque isso em certa medida se choca com os saberes socialistas.

Na figura seguir, buscamos demonstrar como se poderia configurar a formação do discurso da economia solidária no Brasil em suas diferentes formações ideológicas.

Figura 3: Formação do discurso da economia solidária no Brasil



Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Tentamos mostrar neste esquema, como o discurso da economia solidária se constitui a partir de diferentes formações ideológicas, por diferentes sujeitos, e que vão produzir sentidos interpelados pelos saberes de cada instância e mediados pela linguagem.

Para a AD, a produção de sentidos se constrói por meio da linguagem, materializando os saberes das formações ideológicas que vão determinar o discurso dos sujeitos, com as quais eles se identificam.

A produção da ideologia, no interior da formação ideológica capitalista, faz com que o trabalhador naturalize a relação de exploração e dominação, e os sentidos produzidos vão se dar em função da ação da ideologia capitalista condicionando o sujeito pela ação dos aparelhos ideológicos do Estado (AIEs) que, conforme Althusser (2003, p. 89), determinam as regras, as normas, os ritos, consolidando de forma material a ideologia.

> Ao falarmos dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia (a unidade dessas diferentes ideologias regionais – religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc, sendo assegurada por sua subordinação à ideologia dominante). Retomamos essa tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.

É importante considerar que, para Althusser, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante reproduzida pela ação dos aparelhos. Ela vai se consolidar no espaço sócio-

histórico das relações de produção e de reprodução da vida, especificamente no nosso caso: o mundo do trabalho.

É pelo funcionamento da ideologia que cada indivíduo reconhece seu lugar na sociedade, e dando ênfase a nossa temática, reconhece seu lugar no mundo do trabalho, lugar este construído por um conjunto de palavras que dão sentidos ao sujeito trabalhador.

Segundo Hobsbawm (1996, p. 17), o mundo moderno, que chamamos aqui de mundo do trabalho, é marcado pelas palavras, as quais não nos imaginamos sem.

> [...] "industrial", "fábrica", "classe média", "classe trabalhadora", "capitalismo" e "socialismo". Ou ainda "aristocracia" e "ferrovia", "liberal" e "conservador" como termos políticos, "nacionalidade", "cientista" e "engenheiro", "proletário" e "crise" (econômica). "Utilitarismo" e "estatística", "sociologia" e vários outros nomes das ciências modernas, "jornalismo" e "ideologia", todas elas cunhagens ou adaptações deste período [1789 a 1848 – período da dupla revolução, a inglesa e a francesa]. Como também "greve" e "pauperismo".

Essas palavras fazem parte da nossa vida em menor ou maior intensidade e objetivam produzir sentidos para quem as ouve e as reproduz, pois é dessa forma que a ideologia age.

Segundo Orlandi (2007, p. 20), "as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós".

É a ideologia que dá sentido a essas palavras para o sujeito, fazendo com que ele se identifique com o sistema dominante. Desde que se concretizou como sistema econômico, o capitalismo procura levar os homens a aceitarem com naturalidade o seu *status quo*, e isso é feito por meio de discurso. Na família, na escola, na Igreja, em todos os lugares, o indivíduo é assediado por essas palavras, que vão ser definidas por Foucault (2000, p. 244) como dispositivo:

> Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

São esses dispositivos que produzem o sujeito para o capitalismo e procuram fazer com que o indivíduo aceite tais sentidos e se deixe capturar, posição também defendida por Agamben. Segundo Agamben (2009, p. 44), o dispositivo é "qualquer coisa que tenha de algum

modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes."

As palavras exercem uma forma de poder sobre os indivíduos. No capitalismo, este poder se realiza quando determina a ação de um indivíduo, desde a sua forma de fazer, de portar-se, de consumir. Ou seja, para que o poder das palavras se realize estas são pronunciadas por meios que proporcionam dominação e submissão, interpelando os indivíduos de modo que atendam às necessidades do sistema.

No Capitalismo, desde cedo, o trabalhador e seu processo de reprodução vão sendo moldados, orientados a construir sentidos no mundo do trabalho. Dessa forma, pode-se afirmar que, no capitalismo, além das palavras citadas por Hobsbawm, as palavras *patrão, empregado, salário, produtividade, lucro, prejuízo* funcionam como dispositivos que modelam os discursos e as práticas dos indivíduos, constituindo os sujeitos do trabalho, trabalhadores, no espaço social onde este está inserido.

O indivíduo vai sendo constituído em sujeito de maneira inconsciente. Como sujeito, que é senhor da sua história, que é origem e dono das palavras que profere. Porém, como afirma Cazarin (2005, p. 26), o "sujeito não é a fonte do sentido, nem senhor da língua; é historicamente situado e agente de práticas sociais e, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito, pela ideologia".

O sentido do trabalho na formação ideológica capitalista deriva da relação de força entre trabalhador e patrão, que vão assim produzindo os seus dizeres a partir do lugar de onde enunciam. Assim, como condição para que o sujeito possa produzir o seu dizer, ele ocupa uma posição, lugar de fala, designado em AD como uma posição-sujeito: lugar de onde o indivíduo fala e que vai ser constituído a partir da identificação com determinados saberes.

Conforme Ferreira (2001, p. 21), "uma posição-sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social".

Saberes estes que vão se constituir como uma Formação Discursiva (FD), conforme Pêcheux (2009, p. 147), "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito".

Em nossa pesquisa, conseguimos identificar a formação discursiva capitalista (FDC) na qual identificamos duas posições de classe claramente definidas: a dos empregados e a dos patrões (empresários), que são posições antagônicas, embora ditas complementares, e que fundamentam seus dizeres na formação ideológica capitalista. É no interior da FDC que o

empregado e o patrão travam sua luta, justificando assim cada um a sua posição e seu papel no jogo de forças do mundo do trabalho.

Na perspectiva do trabalho na FDC, duas posições-sujeitos são definifidas: posição-sujeito patrão e posição-sujeito empregado, sempre o empregado numa posição subalterna ao patrão, confirmando assim a subordinação do trabalho ao capital.

As posições-sujeitos patrão e empregado vão representar o lugar social de cada indivíduo no discurso, para que cada um possa ser sujeito do que diz. O que o sujeito enuncia é influenciado pelo lugar social. Isso faz com que as posições que esse ocupa no discurso estejam relacionadas com o mundo em que está inserido e submetidas às lutas de poder, o que faz com que os sentidos vão sendo construídos a partir da história de cada sujeito, autorizando, assim, o discurso de cada um dos envolvidos, no nosso caso: dos empregados e seus patrões.

Os discursos do mundo do trabalho, fundamentados na FDC, vão produzir sentidos a partir da construção histórica e social de cada homem e mulher inserida no mercado de trabalho, ocupando a posição-sujeito empregado e a posição-sujeito patrão, ou seja, os discursos vão estar fundamentados no antagonismo do trabalho versus capital, sempre na condição do trabalho subalterno ao capital.

Como afirma Orlandi (1999, p. 42-43):

> O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas "tiram" seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Para o empregado, *salário*, *lucro*, *produtividade*, *patrão* são termos que definem esta relação capital/trabalho e que constroem o sujeito empregado e patrão ao longo da história, seja na família, na escola, na religião. Tais sentidos fazem parte da memória desses sujeitos, determinando o modo como o sujeito se identifica com a FDC: a posição hierárquica ocupada, a parcela dos recursos auferidos, a capacidade produtiva de cada sujeito.

Essa dicotomia patrão versus empregado é naturalizada pela ideologia capitalista e internamente na empresa, por exemplo, pelas políticas de recursos humanos, que atuam no sentido de que o trabalho assalariado passe a ser um bem fundamental na vida de homens e mulheres, e que numa economia na qual a oferta de trabalhadores é sempre maior que a oferta de vagas de trabalho, ter um trabalho é sentir-se um privilegiado, pois ter um emprego não é só uma questão de sobrevivência, mas sim ter um lugar social, que garantiria, entre outras coisas, a liberdade.

Portanto, conforme a ideologia capitalista, o emprego passa a ser para o trabalhador uma verdade absoluta e ficar sem emprego é estar excluído socialmente, exigindo que o trabalhador esteja em constante evolução e que acompanhe as transformações sociais e do mundo do trabalho. Quem não faz isso corre o risco de ficar desempregado.

Na perspectiva da economia solidária, que estrutura-se no interior da FDC, pressupõe-se a supressão da relação antagônica do patrão e empregado, pela concretização de empreendimentos econômicos, fundamentados em uma outra economia na qual a propriedade dos meios de produção é coletiva. Temos assim a gestão realizada de forma coletiva, com a supressão da figura do patrão e do empregado, evidenciando então a posição-sujeito trabahador solidário.

Uma outra economia ou outro desenvolvimento são usadas pela SENAES e pela Cáritas em seus documentos para definir o que é a economia solidária, conforme apresenta as Sds a seguir.

Sd7 (Cáritas): "*Outra* economia" em nossas mãos.[7] (FAVARIN; SOARES; HERDT, 2011).

Sd8 (SENAES): A SENAES afirma que Existem *outras* concepções de desenvolvimento que consideram a centralidade da pessoa humana. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 5).

Sd9 (SENAES): O aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de *outras* formas de organização do trabalho, (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 8).

Sd10 (SENAES): O Conselho é um importante espaço de disputa política e convergência das várias forças que atuam por uma *outra* economia. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 10).

Sd11 (SENAES): É necessário que a Economia Solidária ganhe relevância no cenário político nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela, considere impensável deixar de apoiar os setores que praticam a Economia Solidária, construindo uma *outra* economia. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 12).

Sd12 (SENAES): Hoje, no Brasil, há comunidades em situação de vulnerabilidade que se mobilizam para pôr em marcha um *outro* desenvolvimento promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de produtores familiares, redes, cadeias produtivas e grupos informais. Podemos chamar este *outro* desenvolvimento de comunitário ou solidário. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 6).

O uso dos pronomes *outros* e *outras* nas Sds apresentadas acima produzem efeitos de sentidos de alternativa a uma economia existente, portanto efeito de substituição, mas produz também efeitos de sentidos de convivência, ou seja, uma outra forma, que não tem efeito de substuição.

---

[7] Título da Cartilha do curso de viabilidade econômica para empreendimentos de economia solidária.

Na primeira sequência apresentada, a Cáritas propõe a construção de uma outra economia, na perspectiva da I CONAES produz efeito de sentidos de substituição, da eliminação de uma forma de economia existente dando lugar à economia solidária.

Essa outra economia é fundamentada nesse novo sujeito solidário e se constitui a partir das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, em que novos discursos surgem produzindo sentidos que indicam uma forma alternativa ao individualismo da FDC. Portanto, a economia solidária, mesmo inserida no interior da FDC, pode ser compreendida como uma forma de resistência dos trabalhadores ao capitalismo, e a partir dela os discursos produzem sentidos, fundamentados em princípios centrais como cooperação, solidariedade e autogestão.

Sabemos que a economia solidária não é resultado de um processo de tomada de consciência dos trabalhadores sobre a sua condição de explorado, pois nas formas inciais e atuais desta economia, os sujeitos que aderem à tal modalidade de trabalho não necessarimante o fazem por desejar uma nova economia, mas porque são forçados a aderí-la dada a condição de excluídos do processo produtivo capitalista. — seja por baixa qualificação, seja por idade avançada para o mercado de trabalho. Também porque, se tomamos em consideração os pressupostos da AD, o sujeito tem sempre uma autonomia relativa em torno de si mesmo e do modo como as condições de produção afetam seu discurso.

De qualquer modo, podemos dizer que a adesão à economia solidária, mesmo que de forma involuntária, inconsciente em alguma medida, representa em si um processo de resistência, não de permancer ou voltar ao mercado de trabalho capitalista, mas sim de encontrar um novo lugar, onde os valores sejam diferentes, e que a inclusão seja um valor fundamental em contrapartida à exclusão vivenciada no mercado de trabalho capitalista.

A exclusão é um processo natural no sistema capitalista. Como afirma França Filho (2004, p. 158), "[...] a exclusão participa de forma ativa da própria constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira, sendo inerente a sua formação econômica". Portanto, estar e ser excluido é uma condição natural e estar incluído pressupõe estar apto para atender às condições necessárias exigidas pelo capital, condições essas que são naturalizadas pelos saberes do capitalismo.

A inclusão produtiva passa necessariamente pela democratização do acesso aos meios de produção, ao capital, como afirma Silva (2007, p. 15):

> Ao democratizar as relações sociais de produção, supera a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolve as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes. Implica na reversão da lógica capitalista, ao se opor à exploração do trabalho e dos

> recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Considerando essas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável.

O trabalho nessa perspectiva assume um novo lugar na vida do homem e da mulher e vai se concretizar em pequenos empreendimentos econômicos solidários, que possibilitam ao trabalhador excluído do mercado de trabalho construir uma nova concepção de vida, em um entendimento de igualdade tanto de direitos como de responsabilidades, que se consolida a economia solidária, como apresenta a Sd a seguir.

Sd13 (SENAES): As iniciativas de Economia Solidária têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 2).

Por meio dessas iniciativas que os trabalhadores e trabalhadoras constroem a economia solidária, focada no associativismo e na cooperação como estratégia de enfrentamento da exclusão social a que estão sujeitos no mercado de trabalho capitalista, desenvolvendo uma nova lógica econômica.

Ao assumir a economia solidária como modo de vida, o trabalhador precisa negar outras formas de trabalho não solidárias e individualistas, que transformam o trabalho em mercadoria, ou seja, o trabalhador precisa romper com outros sentidos sobre o trabalho, e um desses sentidos é do trabalho como mercadoria.

Segundo Icaza e Tiriba (2003, p. 105):

> Independente do número de trabalhadores ou da capacidade produtiva da unidade econômica, o que diferencia a economia popular de outros setores da economia é, dentre outros, a negação do emprego da força de trabalho como mercadoria – mercadoria que, como sinalizou Marx, é a única capaz de produzir mais valores que o valor investido pelo capitalista.

Para essa nova economia prosperar, a cultura da solidariedade precisa se evidenciar sobre a cultura da competição, produzindo novos significados na vida de homens e mulheres sujeitos da economia solidária, a fim de fortalecer um processo de educação para a solidariedade, como afirma a SENAES:

Sd14 (SENAES): A Economia Solidária exige uma *educação solidária* que transforme a mentalidade cultural dominante de *competição* para a construção do espírito de *cooperação*. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 2, grifo nosso).

A educação, desde que assuma papel libertador, é um caminho apontado por vários especialistas para a superação da pobreza, exclusão social e construção da coletividade, porém o que se vê nas práticas de educação capitalista é a cultura do individualismo, que filia o sistema educativo aos saberes capitalistas, como um dos aparelhos ideológicos do Estado. Isso dificulta a transformação através da educação de um novo modelo de educacional fundamentado na solidariedade.

Como aparelho ideológico, a escola acaba produzindo e reproduzindo saberes do modo de produção dominante e dessa forma, não desperta no sujeito o pensar sobre a contradição, tampouco a produzir saberes que venham de encontro ao dominante.

Numa educação na perspectiva da economia solidária, a competição ocorre em todos os campos da vida no capitalismo, e é naturalizada pelos diferentes dispositivos, tornando-a uma coisa positiva, algo que faz bem às pessoas e que ressalta a prevalência do individualismo.

As propagandas e mensagens de otimismo que recebemos nas diversas mídias vêm carregadas de sentido individualista na busca de provar e conformar o indivíduo de que ele por si só se basta, portanto, não se consegue negar a competição, pois mesmo no interior da economia solidária ela existe e nessa perspectiva o caminho deve ser buscar estratégias de educação que fomentem a cooperação, pois onde existe cooperação poderia existir menos competição.

Uma das dificuldades de consolidar a economia solidária é a positivação que existe em torno da competição no interior da FDC, no qual o sucesso está associado ao indivíduo mais inteligente, mais esperto, que chega primeiro, e ser vencedor é ter sucesso. Instala-se assim uma forte competição pelo melhor lugar, como exemplo, temos as campanhas "empregados do mês" usadas por muitas empresas, como afirma a Sd seguinte.

Sd15 (Competição): A *competitividade* no mundo dos negócios é grande, não só para as empresas como para seus funcionários. Mas, na visão dos empresários, o que é ser um bom colaborador? Fato é que não basta ter uma boa qualificação. O comportamento individual e em grupo é importante tão importante quanto os estudos para que ele entre e permaneça na empresa. Para medir isso e também motivar os funcionários, muitas empresas usam o famoso método da escolha do *funcionário do mês*. (DESTINO NEGÓCIO, 2015).

A competição é uma marca inegável do sistema capitalista, fomentada pelas teorias administrativas e econômicas, com enfoque da teoria de Adam Smith, que advoga a importância do papel da livre iniciativa. Portanto, a competição dentro da economia capitalista produz efeitos de sentidos de que todos podem ter sucesso, e que o sucesso é uma decorrência da vontade pessoal.

Dessa forma, a competição é naturalizada. O empregado é interpelado a fazer parte do seleto time de vencedores e, para tal, usa todos os artifícios possíveis para vencer, induzindo-se assim ao individualismo, pois, não pode haver dois funcionários do mês, por exemplo, no caso da campanha citada anteriormente.

Para isso, a economia solidária além de tornar os empreendimentos de economia sustentáveis, necessita desnaturalizar a competição entre os membros dos empreendimentos, pois quando se relaciona produção, venda e comércio, possivelmente haverá uma identificação dos seus sujeitos envolvidos com a lógica da ideologia capitalista.

A economia solidária precisa desenvolver nos trabalhadores novas formas de relações de trabalho, produzindo sentidos que apontem na direção de uma nova sociedade fundamentada no trabalho solidário.

No mundo capitalista, os sujeitos vivenciam a contradição entre ser competitivos e ser solidários, pois o sistema premia apenas os vencedores. A economia solidária precisa, a partir dos seus empreendimentos, apresentar à sociedade uma nova forma de produzir, consumir e viver, centrada na cooperação como alternativa à competição.

Enquanto a competição é naturalizada na FI capitalista, na economia solidária os fundamentos pressupõem que ela seja substituída por outros valores, e, dessa forma, o trabalhador solidário se filiaria ao discurso socialista, o que o leva à contradição. Conforme Figueiredo e Santi (1999, p. 43), vivemos a emergência de uma sociedade atomizada e de indivíduos competitivos, que atendem ao modelo de homem e mulher idealizados pelo sistema econômico dominante.

> A sociedade fica, dessa forma, atomizada, quer dizer, em vez de comunidades produtivas, temos indivíduos livres produzindo ou vendendo sua força de trabalho a proprietários privados. Mas esse indivíduo livre é um desamparado. Ele pode escolher (até certo ponto), mas, mesmo que a escolha seja real, ele passa a conviver com a indecisão: seu destino, pelo menos teoricamente, passa a depender dele, de sua capacidade, de sua determinação, de sua força de vontade, de sua inteligência e, também, de sua esperteza, de sua arte de vencer, de passar por cima dos concorrentes, de chegar primeiro – e de sua sorte.

Portanto, os sujeitos da economia solidária precisariam produzir novos sentidos para o trabalho, fundamentados em uma nova forma de produzir e viver, que não reduza o trabalho à mercadoria, construindo, assim, o trabalho emancipado, como enfatiza a SENAES na Sd a seguir:

Sd16 (SENAES): Economia Solidária é geradora de *trabalho emancipado*, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do

trabalho em relação ao capital". (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3, grifo nosso).

A economia solidária enquanto estratégia geradora de trabalho emancipado pode ser capaz de transformar as relações econômicas, sentido adverso do trabalho no sistema capitalista, que produz exclusão social e abismo social.

O trabalho emancipado não significa somente a organização da atividade laboral de modo cooperado, sendo que esta também acontece nas formas capitalistas de produção, mas sim da transformação do trabalho e do trabalhador em um novo homem, produzindo novos sentidos para a sua vida e para o trabalho.

Assim, a economia solidária, ao protagonizar a posse dos meios de produção pelos trabalhadores, protagoniza a emancipação do trabalho ao mesmo tempo que recupera sua centralidade, superando a subalternidade do trabalho ao capital.

Na economia solidária, procura-se romper a relação dual do trabalho versus capital, nela todos são trabalhadores e donos do capital ao mesmo tempo, e enfatiza-se a democracia nas relações de produção, construindo um novo sentido: a solidariedade nas relações de produção. Oque nos permite afirmar a emergência no interior da FDC de uma nova posição-sujeito, a de posição-sujeito trabalhador solidário, o qual em condição de cooperação e solidariedade, procura desconstruir os sentidos do antagonismo patrão versus empregado.

O trabalho na economia solidária se realiza no interior dos empreendimentos econômicos solidários, nos quais a centralidade deixa de ser o lucro, visando o homem, embasado em gestos de solidariedade e cooperação. Porém, mesmo nessa perspectiva ainda identificamos elementos capitalistas nas relações de produção interna dos empreendimentos, como apresenta as Sds seguintes,sore a questão do lucro e da autogestão.

Sd17 (Trabalhadoras EES): Sim. É importante para investimento no *próprio* negócio e para a divisão igualitária entre os membros.[8]

Sd18 (Trabalhadoras EES): Ter a capacidade de cuidar do próprio negócio.[9]

No caso das trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária as respostas apresentadas nas Sds mostram a identificação destas com os saberes capitalistas, quando dizem que o lucro é importante para investir no *próprio* negócio, o que produz efeitos de sentido de

[8] Entrevista feita com as mulheres trabalhadoras da economia solidária em 2014.

[9] Idem nota 6

posse, de individualismo, contradizendo assim os saberes socialistas da economia solidária, quando fala da cooperação e da autogestão.

Na perspectiva da autogestão a resposta da trabalhadora nega o seu sentido, pois ao dizer que é a capacidade de cuidar do próprio negócio, nega uma dos fundamentos da economia solidária, o que nos mostra a dupla filiação a que está sujeito o trabalhador da economia solidária.

Em determinado momento as trabalhadoras se filiam à economia capitalista, ao reproduzirem saberes capitalistas, e em outros momentos reproduzem saberes socialistas.

Os trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária assumem um papel fundamental na construção da economia solidária, pois somente estes podem assumir o trabalho solidário e cooperado. As entidades como SENAES e Cáritas fomentam, teorizam, mas não fazem acontecer a economia solidária, pois esta implica o envolvimento dos sujeitos individualmente ou em grupo, que vão dar sentido aos fundamentos da cooperação, da solidariedade e da autogestão em contraste aos fundamentos individualistas e heterogestionários da economia capitalista.

Nessa perspectiva, compreende-se o sujeito da economia solidária, nesse caso os trabalhadores solidários, como um sujeito dividido, pois o trabalho nos empreendimentos de economia solidária não ocupa a totalidade da vida dessas pessoas, e os obriga a executar outras atividades dentro do capitalismo. Isso nos permite dizer que um mesmo sujeito ocupa aí duas posições-sujeito diferentes, ora se identificando com os saberes do capitalismo, porque tem outro trabalho com carteira assinada ou atividade remunerada, direitos e deveres; ora com os saberes da economia solidária quando está participando das atividades dos empreendimentos.

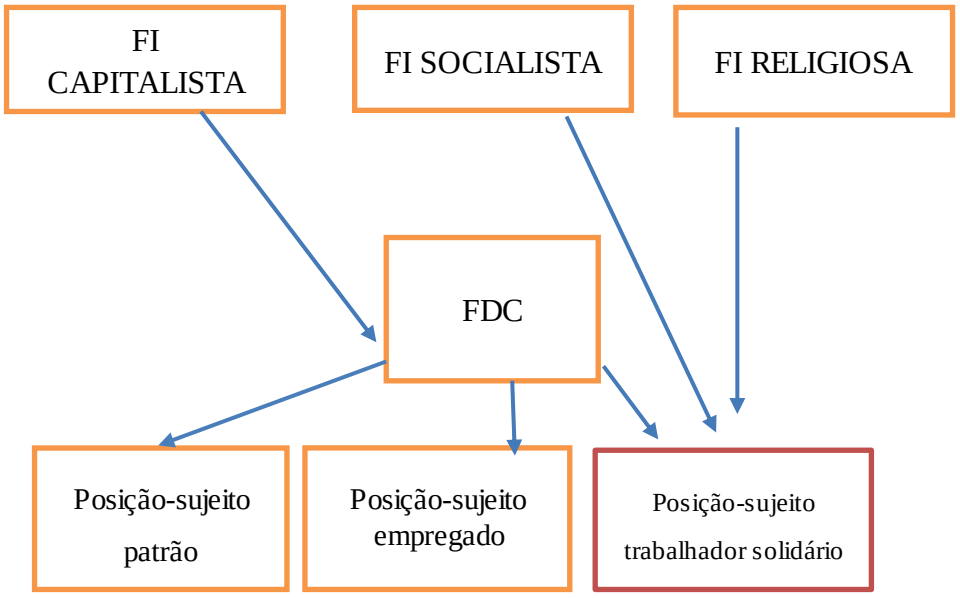
Portanto, o sujeito da economia solidária atua no interior da FDC, indentificando-se com os saberes dessa FD quando consome bens e serviços produzidos pelas empresas capitalistas, quando depende de crédito do banco capitalista para financiar o seu empreendimento, quando depende da saúde fornecida pelo estado que também é capitalista.

Ao mesmo tempo, temos um sujeito interpelado pela ideologia socialista e religiosa, quando assume o ideal solidário, e interpelado pela ideologia capitalista quando assume o ideal individualista, mas que, apesar de ser constituído por saberes tão distintos, não consegue se isolar do sistema capitalista em que vive.

Ou seja, temos assim na perspectiva da FDC três posições-sujeitos, posição-sujeito patrão, posição-sujeito empregado e posição-sujeito trabalhador solidário, chamado assim para se diferenciar do trabalhador das empresas capitalistas.

Na economia solidária, a posição-patrão desaparece e a posição-sujeito empregado é substituida pela posição-sujeito trabalhador solidário, sendo que o mesmo sujeito ocupa as duas posições-sujeitos, pelo que podemos afirmar a existência de um sujeito dividido, o que nos permite compreendê-las do seguinte modo.

Figura 4: A economia solidária e o discurso



Fonte: Elaboração do autor, 2016.

A figura pretende representar a construção das posições-sujeito engendradas, que vão constituir a posição - sujeito trabalhador solidário que se espera que atue segundo os principios da economia solidária no interior dos empreedimentos da economia solidária.

Esse sujeito é constituído na FDC e que passa da condição de sujeito empregado para sujeito trabalhador solidário, constituido por saberes capitalistas, saberes socialistas e saberes religiosos.

Esse sujeito dividido, ora interpelado pela ideologia capitalista, ora interpelado pela ideologia socialista, ora interpelado pela ideologia religiosa, ocupa lugares diferentes dentro da sociedade, pois se ele é cristão precisa negar os sentidos da ideologia socialista, se ele é capitalista precisa negar os sentidos da ideologia socialista e religiosa, e se ele é socialista precisa negar os sentidos da ideologia religiosa e capitalista.

Ao ocupar lugares diferentes, também vai produzir discursos diferentes, pois como afirma Grigoletto (2005, p. 5), "o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico".

Ao mesmo tempo em que os sujeitos da economia solidária procuram produzir discursos no sentido de superar a economia capitalista, produzem sentidos de criar condição de existir no interior do capitalismo.

A construção da economia solidária pressupõe a mudança da lógica individualista para uma lógica solidária, e para isto, faz-se necessário um contínuo questionamento do discurso individualista propagado pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, é necessário produzir discursos que propaguem a solidariedade nas relações de produção, consumo, comercialização e finanças, estruturando assim uma nova forma de olhar a produção.

3.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA SENAES, CARITAS E EMPREENDEDORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS DISCURSIVIDADES.

O surgimento da SENAES e da Cáritas não ocorre de maneira simultânea, mas podemos afirmar que estão diretamente associadas ao avanço do capitalismo no mercado de trabalho e ao processo de exclusão a que estão sujeitos homens e mulheres que têm no trabalho a sua fonte de sobrevivência.

3.1.1 As condições de produção da SENAES

A transformação ocorrida no mundo do trabalho desde a revolução industrial, a organização dos movimentos sociais brasileiros, a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2001, o surgimento do PT e a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república no ano de 2003 constituem as condições de produção da SENAES, que representa a resposta do governo Lula à luta dos movimentos sociais por uma economia na qual o trabalho exercesse um papel de centralidade e não o capital.

E por meio da SENAES que a política pública de economia solidária vai se concretizando como uma estratégia de construção de um novo modelo de economia, ou como afirma Singer (2002, p. 10), "a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual".

Portanto, a economia solidária, enquanto política de governo, não pretende ser somente mais uma política voltada para o trabalho, mas sim coadjuvante na construção de uma economia baseada na cooperação e na solidariedade, tendo como centralidade o trabalho o homem e não o capital.

Nessa perspectiva, a economia solidária se apresenta como uma proposta de longo prazo, de construção coletiva, num contraponto ao capitalismo e sua visão imediatista, individualizada e fragmentada de que a realidade não pode ser transformada.

3.1.2 As condições de produção da Cáritas

As condições de produção da Cáritas estão diretamente associadas à missão da Igreja católica no enfrentamento da questão social e, ao mesmo tempo, na sua busca de expansão e consolidação em nível mundial. A Cáritas, através de uma rede internacional, representa a consolidação da missão social da Igreja. Salvo outros juízos, a Igreja sempre teve um papel importante na superação das condições de miséria e abandono das pessoas.

Ao avançar em ações de caridade, a Igreja conquistava o reconhecimento popular das classes mais abastadas que a financiavam e do Estado, que via na Igreja e em suas obras sociais um grande aliado, pois, ao criar mecanismos de assistencialismo, a Igreja contribuía para a conformação dos pobres e, ao mesmo tempo, para a acomodação dos ricos, que viam na caridade uma forma de expiação dos pecados. Como afirma Yazbeck (2005, p. 19), as "esmolas, que eram oficialmente recolhidas, e ações de caridade vão cunhar um modelo caritativo de assistência que recolhia dos ricos e distribuía aos pobres e que mesclava assistência e repressão".

No final do século XIX e inicio do século XX a caridade estava associada à assistência, e não havia uma preocupação com a mudança da situação de quem as recebia. As esmolas mudam de feição e hoje a Cáritas tem seu financiamento baseado em projetos de ajuda internacional como, por exemplo, o projeto MISEREOR, "obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Há mais de 50 anos, a MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina." (MISEREOR, 2015).

É a partir destas e de outras fontes de financiamento dos projetos sociais que, desde 1956, a Cáritas (2005, p. 20) atua no Brasil e:

> Realiza a assistência social gratuitamente, mediante convênios e campanhas junto às comunidades locais, contratos e convênios públicos e privados, com organizações nacionais e internacionais, alocando recursos materiais e humanos para seus programas normais ou para atendimento das vítimas emergenciais.

Numa perspectiva assistencial, a Cáritas atuou em diversos programas, sendo o mais expressivo o Programa Alimentos pela Paz, coordenado pela Cáritas Brasileira, que consistia em doações vindas dos Estados Unidos a pessoas carentes de alimentos e roupas. Porém, com o avanço da teologia da libertação, a Cáritas brasileira muda sua ação e passa a atuar com programas de geração de renda, numa mística fundamentada na caridade libertadora, seguindo, assim, as diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que afirma que, "em vez de distribuir bens materiais, previamente doados por pessoas ou instituições, para pessoas que deles têm carência, o que cabe à Cáritas é despertar as pessoas em relação aos seus direitos e apoiar sua organização para exigir sua realização".(CÁRITAS, 2006, p. 54).

Nessa perspectiva, a Cáritas modifica a sua ação e seu discurso como nos apresenta a sequência discursiva a seguir, retirada do documento Mística e Espitualidade:

Sd19 (Cáritas): A caridade, o amor libertador se faz presente em todas as formas de solidariedade, mesmo nas de socorro imediato, desde que realizadas como reconhecimento de um direito das pessoas e como um convite para uma prática maior de cidadania. E vai até as ações que têm como objetivo a transformação profunda das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade. (POLETTO, 2003, p. 14).

As ações da Cáritas passam, então, do assistencialismo para ações que possam transformar a realidade dos excluídos a partir deles mesmos e não para eles, dando início às práticas de economia popular solidária. Dessa forma, segundo a CNBB (CÁRITAS, 2006, p. 51), "surgia a consciência de que a pobreza e a miséria eram frutos de estruturas econômicas e políticas e sua superação exigia transformações estruturais. Por outro lado, essas transformações só seriam alcançadas com o protagonismo dos empobrecidos".

A Cáritas assume a economia popular solidária como uma prática libertadora, que nega qualquer tipo de assistencialismo, procurando, por meio da produção de bens e serviços, levar o sujeito a ser artífice na construção não só da sua vida material, mas de uma nova sociedade, fundamentada no consumo sustentável, no comércio justo e solidário e na geração de riqueza para toda a sociedade.

Mesmo negando a perspectiva da revolução, as ideias e as práticas da Cáritas vão ao encontro dos ideais dos socialistas utópicos, como traz a Sd retirada do documento Mística e Espitualidade:

Sd20 (Cáritas): de fato, a Cáritas não se propõe nenhum tipo de solidariedade assistencialista, compensatória, apaziguadora dos conflitos e contradições sociais. *Mesmo não falando em revolução*, ela relaciona seus trabalhos com a *construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas*, a caminho do Reino de Deus. (POLETTO, 2003, p. 18).

A partir da Sd20, podemos pensar que o apagamento da palavra *revolução* nasce do fato de que a Igreja católica nega o socialismo como sistema econômico, e o termo *revolução* é uma das palavras-chave nos ideais socialistas. Ao apagar o sentido de *revolução*, a Cáritas não nega a necessidade de um processo revolucionário a partir dos excluídos e excluídas, mas procura não se identificar com os dizeres da formação ideológica socialista, mesmo construindo uma consciência de solidariedade.

Ao não negar a r*evolução* como construção do novo, a Cáritas se identifica em alguma medida com a FI socialista, procurando produzir outros sentidos, ao mesmo tempo em que sofre a interpelação da ideologia socialista. Mesmo que não tenha como missão a superação e a substituição do sistema capitalista, a caridade libertadora, enquanto dimensão mística da Cáritas propõe a transformação profunda da sociedade capitalista, como apresenta a Sd a seguir retirada do documento Mística e Espitualidade:

Sd21 (Cáritas): Ela assume que essa transformação profunda, em sociedades capitalistas como a nossa, só se tornará possível se caminharmos na direção da socialização dos espaços, das oportunidades, da riqueza, o que significa que deverá passar por processos revolucionários. (POLETTO, 2003, p. 19).

Conforme a Sd, *essa transformação profunda* passa pela proposta da caridade libertadora, pela construção de uma outra economia, a economia solidária, que, na perspectiva da Cáritas é um movimento social e como movimento social procura mudar, transformar a sociedade pela construção de um outro sistema econômico, baseada na solidariedade, porém dentro do sistema capitalista, como se fosse uma espécie de ilha on as pessoas trabalham e produzem numa lógica diferente.

Segundo os documentos que fundamentam as ações da Cáritas, espera-se que, nesta outra economia, novos sentidos sejam produzidos para o trabalho, que não seja a única finalidade obter a sobrevivência, mas sim de construção de novas relações fundamentadas na solidariedade.

O que não se pode esquecer é que esta "outra economia" é dependente de recursos para investimentos que provêm dos bancos capitalistas, submetidos a uma estrutura política e legal capitalista e tendo como consumidores mulheres e homens capitalistas, que não partilham das mesmas ideias, mas que consomem seus produtos. Portanto, a economia solidária advoga

uma lógica solidária para os que estão no seu interior, mas não consegue isolar-se, deixar de conviver com a lógica individualista dos que estão fora.

Na execução de projetos de economia solidária, espalhados pelas diversas partes do país, a Cáritas assume papel fundamental na construção da economia solidária, promovendo capacitação, aquisição de máquinas e equipamentos para os empreendimentos, compra de matéria-prima, organização de feiras de comercialização, fundos solidários e outras formas de promoção da economia. .

As entrevistas colhidas para nossa pesquisa foram realizadas em empreendimentos de economia solidária formados pela Cáritas através de projetos de promoção e fomento da economia solidária no Brasil.

3.1.3 As condições de produção dos empreendimentos pesquisados

São nos empreendimentos que a economia solidária se consolida. Portanto a compreensão dos discursos dessa economia passa necessariamente pelos discursos das mulheres e homens que formam essas atividades, pois, mesmo tendo políticas públicas e entidades de fomento, se não existirem os empreendimentos a economia solidária não acontece.

Por essa perspectiva, esses empreendimentos podem se apresentar como uma alternativa ao capitalismo, com suas especificidades, como afirma Gaiger (2003, p. 194) "os empreendimentos solidários como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista".

Os empreendimentos são os artífices dessa "outra economia" propagada pela Cáritas, como alternativa ao capitalismo, porém sem substituí-lo, mas convivendo, produzindo bens e serviços que concorrem com os produzidos por empresas capitalistas e disputando os mesmos clientes que essas empresas.

A palavra *alternativa* produz efeitos de sentidos de outro lugar, outra proposta, outra economia para qualquer pessoa que procure uma forma diferente de viver, mas não representa uma alternativa para aqueles que não têm escolha, representa sim uma possibilidade de vida para os que não servem mais para o capitalismo.

Ao se falar em alternativa, pressupoe-se possibilidade de escolha, portanto, na perspectiva dos excluídos, os sentidos são outros, porque para esses é uma nova oportunidade de produzir e viver com dignidade.

Desse modo, os empreendimentos assumem, o papel fundamental na economia solidária de criar um espaço de solidariedade e de relações de produção diferentes das do capitalismo: espaço de vida, um novo espaço em que a produção se dê pela autogestão. Porém, esse papel desempenhado não substitue a forma de produção dominante, baseada em empresas nas quais a gestão se dá de forma centralizada, hierarquizada.

A economia solidária pressupõe necessariamente novas relações de trabalho, novas relações de consumo e comercialização, nas quais o lucro deixa de ser o elemento central. Em contrapartida, distante da teoria estão os empreendimentos econômicos, que procuram reproduzir sentidos fundamentados na teoria da economia solidária, mas que também reproduzem sentidos fundamentados na sua vivência dentro do capitalismo. Isso faz dos empreendimentos um lugar de contradição, porque, por mais que se procure silenciar a lógica do consumo e do lucro, os sentidos estão produzindo também seus efeitos.

Nas entrevistas realizadas, procurando compreender estes efeitos no discurso dos sujeitos que constituem os empreendimentos e no modo como são reproduzidos os sentidos dessa outra economia.

Os empreendimeentos que foram pesquisados e trazidos a seguir são de atividades diferentes, porém o contexto do seu surgimento tem como pano de fundo a exclusão do mercado de trabalho e a participação em projetos de formação realizados pela Cáritas citados a seguir.

a) *Acordi*: fundada no ano de 2003, na comunidade de Areia da Ribanceira no município de Imbituba, é uma associação que realiza atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável e de agroecologia. Atualmente, se dedica à organização política e social dos agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira.[10]

b) *Orgânicos Vó Maria*: fundado no ano de 2004, por um grupo de mulheres da comunidade do Estreito no município de Laguna, tem como objetivo produzir doces, geleias e panificados a partir do uso do butiá[11] como matéria-prima.

---

[10] http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/projects/view/associacao-comunitaria-rural-de-imbituba-acordi-santa-catarina

[11] Butiá ou butiazeiro é uma palmeira de estipe único, monóica, muito frutífera e ornamental, nativa do sul do Brasil, Argentina e Paraguai. Suas folhas são longas, pinadas, arqueadas, recurvadas e de cor verde a azul-acinzentada. Elas apresentam bainhas espinhentas e persistentes, que recobrem o caule na maioria das vezes. O caule, por sua vez, é bastante largo, robusto e de crescimento lento. As inflorescências surgem na primavera, com numerosas flores unissexuais e pequenas, que atraem abelhas. As flores masculinas de uma mesma planta geralmente não amadurecem ao mesmo tempo que as flores femininas, favorecendo a polinização cruzada. Os frutos são do tipo drupa, carnosos e ovóides, com polpa fibrosa, amarela a alaranjada. Em cada fruto há uma a três sementes. Fonte: http://www.jardineiro.net/plantas/butia-butia-capitata.html

c) *Aciarte*: criando em 2005, o empreendimento é formado por oito mulheres artesãs da cidade de Imbituba que trabalham com artesanato diversificado.

d) *Artes do Mar*: criado em 2003, é formado por sete mulheres artesãs da cidade de Laguna que trabalham com artesanato a partir da utilização de matérias-primas oriunda do mar.

Nas entrevistas com as trabalhadoras solidárias, três temas foram fundamentais para a nossa análise: a) economia solidária, b) trabalho e c) autogestão. A partir das respostas obtidas, definimos algumas Sds que nos permitissem compreender qual o sentido que a economia solidária mobilizava na vida dessas trabalhadoras, sem identificar a que empreendimento pertenciam.

Como mencionamos no segundo capítulo desta dissertação, as palavras têm sentidos diferentes em realidades iguais ou semelhantes, como afirma Orlandi (2007, p. 20), "as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós".

Nessa perspectiva da constituição do discurso da economia solidária, algumas palavras adquirem importância para a compreensão dessa prática, motivo pelo qual elegemos algumas delas para orientar nossa análise, as quais são: *lucro*, *trabalho* e *autogestão*, a partir da pesquisa realizada com os membros dos empreendimentos econômicos solidários, cujo discurso será também cotejado pelo discurso da Cáritas em seus documentos e da SENAES nos documentos da I CONAES.

3.1.4 O sentido de *trabalho* para as trabalhadoras dos empreendimentos de Enonomia Solidária

As sequências discursivas a seguir demonstram o significado da palavra *trabalho*, a partir de perguntas feitas às mulheres envolvidas nos empreendimentos, como por exemplo: Como é trabalhar na economia solidária?

Nessa pergunta, tínhamos o objetivo de compreender se a trabalhadora entendiaa economia solidária como apenas um lugar para trabalhar e ter renda, ou como uma nova forma de economia.

Sd22 (Trabalhadora EES): Trabalhar na economia solidária, fazer o *que se gosta* é sempre uma alegria imensa, principalmente quando todos do *grupo são da mesma opinião*. Nesse caso se torna um prazer enorme.[12]

Sd23 (Trabalhadora EES): é um *trabalho diferente* que nos ajuda a viver em grupo e crescer como pessoa e profissionalmente.[13]

Sd24 (Trabalhadora EES): é um *constante aprendizado*.[14]

Sd25 (Trabalhadora EES): Trabalhamos em conjunto num só propósito. Nos sentimos acolhidas e sempre buscando coisas novas.[15]

Como se pode perceber nas respostas acima, para os sujeitos envolvidos, trabalhar na economia solidária é positivo, desde que se faça o que se gosta e quando todos concordam. O trabalho está também associado a fazer algo diferente, obtendo aprendizado. As respostas permitiram compreender que a economia solidária ainda é outro lugar, ou seja, os sentidos enunciados pela trabalhadora nos informam que é um lugar no qual ela está de vez em quando, mas que não representa a totalidade da sua vida.

Para estas trabalhadoras solidárias, trabalhar na economia solidária é como estar lá, é como estar em qualquer trabalho, não necessariamente o envolvimento ao grupo está associado a uma mudança de vida, não representa uma preocupação com a mudança do sistema econômico nem com sua superação, mas ao fato de fazer algo de que se goste: trabalho diferente (Sd 22), constante aprendizado (Sd 24), buscando coisas novas (Sd 25).

Isso acontece porque o mesmo sujeito que ocupa a posição-sujeito trabalhador solidário também ocupa a posição-sujeito trabalhador capitalista, o que nos permite reafirmar a heterogeneidade da posição-sujeito, que abriga diferentes e conflitantes saberes, no caso os saberes que pregam uma nova forma de se relacionar com o trabalho, com os produtos, e os saberes que têm a ver com a própria sobrevivência dentro do capitalismo. O sujeito nesse caso é atravessado por saberes socialistas e capitalistas.

3.1.5 O sentido de *trabalho* para a SENAES

Trazendo a análise sobre a compreensão do termo *trabalho* para a SENAES, vemos que se marca o discurso de um trabalho emancipado e a emancipação do trabalhador.

---

[12] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.
[13] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.
[14] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.
[15] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.

Os trabalhadores e trabalhadoras na economia solidária são sujeitos de direito, livres para realizar seu trabalho da maneira que mais lhes agradar, definindo a hora para trabalhar e a maneira de trabalhar. Essa proposta caracteriza, em certa medida, a emancipação do trabalhador, como afirma a Sd seguinte:

Sd26 (SENAES): Compreende-se por *trabalho emancipado* como o trabalho exercido por livre opção, de acordo com o gosto ou aptidões do trabalhador, e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3).

Conforme a Sd 26, a emancipação do trabalho liberta o trabalhador da subordinação ao capital e, nesse sentido, a economia solidária, a partir do discurso da SENAES, pretende ser o instrumento para que isso aconteça, dessa forma, o trabalho é condição para a emancipação humana.

Porém, entendemos que a economia solidária precisa avançar na construção de novas relações sociais transformadoras para que, de fato, aconteça a emancipação dos trabalhadores e, mesmo que se considere essa emancipação uma utopia, podemos pensar que se trata de uma utopia motivadora.

A emancipação plena defendida por Marx (2000, p. 25-26) tinha como objetivo a superação total de subordinação do trabalho ao capital:

> [...] quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.

O trabalho na perspectiva de Marx pensa o homem como elemento central da atividade econômica, e como tal deverá usufruir da riqueza produzida na proporção da capacidade e necessidade de cada individuo, desenvolvendo-se em plenitude, portanto não existe desenvolvimento econômico sem o desenvolvimento pleno dos homens e mulheres.

Para se pensar a emancipação do trabalho, necessariamente precisaríamos pensar em sujeitos emancipados, desalienados, capazes de construir uma nova forma de trabalho, na qual o homem e a mulher seriam os protagonistas principais, fundamentados na cooperação e na solidariedade, como aponta a SENAES nas Sds seguintes: .

Sd27 (SENAES): o trabalho como exercício de *construção do sujeito*, de desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais, culturais e sociais, e não embrutecedor, transformador do ser humano em máquina. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3).

Sd28 (SENAES): o trabalho que possibilita a realização de todos os trabalhos que precisam ser feitos para *reconstrução da vida* e não a fabricação desenfreada de mercadorias para a comercialização, ameaçando o trabalho. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3).

Sd29 (SENAES): o trabalho que pressupõe o fim do trabalho subordinado ao capital e a implantação da autogestão. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3).

Sd30 (SENAES): o trabalho que pressupõe o fim da *alienação* do trabalho e apropriação da produção por quem a produz. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3).

O trabalho na economia solidária assume papel central na construção de novos sentidos para uma alternaativa à economia de mercado, pois independente do modelo econômico, o trabalho é fundamental na construção da riqueza material e imaterial.

Porém, na economia de mercado o trabalho é transformado em mercadoria e tem seu preço definido pela oferta e demanda.

Entende-se a partir das Sds acima, que o trabalho na economia solidária adquire sentido de vida, ao contribuir na construição de um sujeito humanizado, diferente do trabalho capitalista, que transforma homens em máquinas.

A transformação de homens e mulheres em mercadoria pelo mercado de trabalho capitalista não permite a construção da vida. Nessa perspectiva a economia solidária produz novos sentidos, novos sujeitos emancipados pelo trabalho, desalineados e participantes da riqueza produzida.

A economia solidária sinaliza para a construção de novos sentidos para a construção de uma alternativa à economia de mercado, porém precisa avançar no enfrentamento à lógica da acumulação privada, fazendo-a ser substituída pela acumulação coletiva.

Na perspectiva do sujeito, a SENAES propõe o trabalho na economia solidária como construtora de um sujeito humanizado, não descartável, como contraponto ao sujeito máquina que o capitalismo produz, como demonstram as sequências seguintes.

3.1.6 O Sentido de *autogestão* a partir das trabalhadoras dos empreendimentos

A *autogestão* como tratada anteriormente é um dos fundamentos da economia solidária, cuja consolidação depende da participação dos diferentes sujeitos na autogestão nos empreendimentos. Quando perguntado sobre *autogestão*, tivemos respostas como esta:

Sd31 (Trabalhadora EES): Não há *patrões* nem *empregados*. Todos são responsáveis pelos trabalhos realizados nos grupos, com total relação, *cooperação, solidariedade e respeito*.[16]

Como podemos observar, sobre a questão da *autogestão*, vem à tona a dualidade patrão e empregado, ou seja, o sujeito não se reconhece nem patrão nem empregado,assumindo a igualdade que se busca produzir nos empreendimentos. Tal fato enfatiza também a repetição do discurso da Cáritas, que participa e elabora as formações em economia solidária na região onde os grupos pesquisados estão inseridos. A compreensão que se tem a respeito, portanto, é que a autogestão é a ausência da figura do patrão, ou seja, não ter patrão e poder decidir o que fazer, parece ser uma grande diferença.

Na Sd seguinte, a trabalhadora solidária enfatiza a ideia de que todos somos patrões, o que nos permite entender como um sentido de poder na afirmativa. O fato de poder ser patrão fica evidenciado na fala, o peso da palavra *patrão* fica determinado e é resgatado da memória do sujeito, trazendo à memória os discursos vivenciados em outros espaços de trabalho sob a lógica capitalista.

Sd32 (Trabalhadora EES): Todos somos *patrões.*[17]

Ao dizer *todos somos patrões*, a trabalhadora solidária aponta a necessidade de externalizar que, ao assumir o papel de patrões, recupera sentidos anteriores instalados na memória, que dá a essas trabalhadoras representatividade social. O fato de não ter patrão não representa somente um lugar na hierarquia que deixa de existir, mas a possibilidade que a trabalhadora percebe de ocupar esse lugar, resgantando assim a possibilidade de poder. Como afirma Foucault (1996, p. 10) "por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder", pois toda relação é uma relação de poder. Nesse caso, o discurso da trabalhadora evoca para si o poder que tem o patrão, em que aparecem saberes do empreendimento capitalista, porém simbolizando superioridade, pois na empresa capitalista, patrão e empregado além de uma relação de poder demarcam relação de inferior e superior na hierarquia.

Vejamos a compreensão sobre autogestão a seguir:

---

[16] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.

[17] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.

Sd33 (Trabalhadora EES): Ter a capacidade de cuidar do *próprio* negócio.[18]

Como podemos observar, quando a trabalhadora solidária, ao ser questionada sobre, responde que autogestão é a capacidade de cuidar, ou seja, na direção da autonomia, evidencia-se que a autogestão resgataria para o trabalhador o seu lugar no processo produtivo, o lugar da centralidade e proporcionaria assim o empoderamento das mulheres. Porém, ao mesmo tempo em que ressalta a importância e ideia do entendimento do que é autogestão, o sentido da palavra *próprio* é destacado, como se ela cuidasse do próprio negócio, aqui produzindo um sentido de posse, numa perspectiva individual e não coletiva.

A palavra *próprio* repercute sentidos de posse, propriedade, o que nos permite entender que o sujeito ainda tem uma forte identificação com os saberes da formação ideológica capitalista, para a qual a propriedade é um valor inalienável e um direito inquestionável.

Temos então a contradição do sujeito da economia solidária que, ao ressaltar a importância da capacidade de administrar o *próprio* negócio, nega a autogestão, e seu sentido de ação coletiva.

3.1.7 O sentido de *autogestão* para a SENAES

Para a SENAES, que fundamenta a economia solidária nos ideais dos socialistas utópicos, como discutido no capítulo 2 — em que os meios de produção são propriedade coletiva dos trabalhadores — a autogestão representa não só uma forma de gerir um empreendimento, mas o fim do antagonismo entre patrão e empregado, conforme observamos na Sd a seguir:

Sd34 (SENAES): As iniciativas de Economia Solidária têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 2).

A autogestão é um dos pilares fundamentais da economia solidária, pois é por meio dela que se criam novas relações sociais de emancipação dos trabalhadores. Para Novaes (2010, p. 155), "a autogestão significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas,

[18] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.

igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral".

Ao mesmo tempo, a autogestão enfrenta resistência entre os envolvidos na economia solidária dada a nossa formação centrada no autoritarismo e poder fundamentado nos aparelhos ideológicos do estado, na tradição familiar patriarcal e na sociedade, como afirma Novaes (2010, p. 165):

> Acontece que o capitalismo é um sistema totalizante, no sentido de que sua reprodução exige que as relações sociais que lhe dão substância se estendam a todas as esferas da vida social. Por isso a autogestão, enquanto processo de luta no interior desse modo de produção, enfrentará sempre inúmeros obstáculos. Sendo as relações sociais autogestionárias antagônicas as do capital e da sociedade contemporânea, será praticamente inevitável que esses processos de luta se defrontem com contradições e ambiguidades.

O sujeito da economia solidária resiste à autogestão não porque ela seja negativa, mas porque sua formação é de natureza centralizadora e, portanto, resiste em dividir o poder. A divisão representa perda de controle e dominação, e a autogestão pressupõe igualdade nas decisões, e igualdade é um valor negado no interior do capitalismo no qual essas experiências de desenvolvem.

Portanto, os trabalhadores da economia solidária resistem à autogestão porque é mesmo difícil romper com os sentidos que vêm pela memória, que têm a ver com nossa organização social, tornando-se bastante complexo compreender que a autogestão representa a identificação dos trabalhadores com os saberes socialistas, ou seja, o trabalhador precisa compreender que ao ser sujeito da autogestão ele passa a ser mais que um trabalhador ou patrão, mas sim sujeito da emancipação do trabalho e da concretização da economia solidária.

3.1.8 O sentido de *lucro* para as trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária.

O lucro tem papel fundamental na estrutura econômico-financeira das empresas, porém na economia solidária, pelos discursos produzidos pela Cáritas, o termo *lucro* é constantemente apagado e, no seu lugar, são usados outros termos como *resultados* ou *sobras*. Porém, sabe-se que qualquer atividade econômica para se efetivar precisa ser lucrativa, e o que diferencia uma empresa solidária de uma empresa capitalista é a finalidade do lucro obtido.

Nesse sentido, questionamos as empreendedoras sobre a importância do lucro para o empreendimento. Para uma das trabalhadoras, o lucro não é tudo, mas ao mesmo tempo ressalta a importância do lucro para a vida, como podemos ver na Sd a seguir:

Sd35 (Trabalhadora EES): *Não é tudo*, mais porque é *com ele e dele que vivemos*.[19]

Mesmo não sendo o fator principal, pois a entrevista ressalta que o *lucro não é tudo*, o que nos permite afirmar que tem outras coisas importantes além do lucro, mas obter lucro no empreendimento é garantia da vida, quando diz que é com ele e dele que vivemos.

Para outra trabalhadora, o lucro é importante:

Sd36 (Trabalhadora EES): Sim. É importante para investimento no próprio negócio e para a divisão igualitária entre os membros.

Conforme a Sd 36, o lucro é importante para o empreendimento solidário porque possibilita novos investimentos e permite a divisão entre os membros. Ao não negar o papel do lucro no empreendimento, a trabalhadora se identifica com o discurso capitalista do lucro como elemento central no negócio, contudo, ao mesmo tempo admite a divisão do lucro de forma igualitária entre os membros, identificando-se com o discurso socialista.

Dessa forma, comprovamos que a posição-sujeito trabalhador solidário é uma posição dividida pelos diferentes saberes que a atravessa, o que faz pensar na heterogeneidade que não só atravessa a FD, mas também a posição-sujeito.

O lucro no empreendimento solidário não está fundado na extração da mais-valia como na empresa capitalista, a qual visa somente ao enriquecimento do patrão e ao empobrecimento do trabalhador, pois quanto mais o trabalhador produz menos ganha. O lucro representa para os empresários aquilo que pode ser ganho ao comercializar ou produzir um bem ou serviço, e que é apropriado pelo proprietário da empresa.

Na economia solidária o lucro ganha um novo significado, dado a sua destinação e repartição. Como ferramenta contábil, independente de ser empresa solidária ou capitalista, o lucro é necessário, pois dele depende a sustentabilidade financeira do negócio.

Porém, o lucro para as trabalhadoras da economia solidária produz outros sentidos.

---

[19] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.

Numa visão capitalista, não importa o que se faça desde que se tenha lucro, já na economia solidária o lucro tem que levar em conta as questões ambientais e sociais, precisa-se do lucro, mas não é a finalidade principal.

As Sds a seguir apresentam uma percepção diferente para o lucro, que contrasta com a visão capitalista, quando questionada se o lucro é importante:

Sd37 (Trabalhadora EES): Sim. Desde que o lucro seja sem explorar ou levar vantagens e sem destruir o meio ambiente.[20]

O lucro é importante, pois representa a possibilidade de manutenção do empreendimento, mas numa visão diferente da lógica capitalista, que precisa ser obtido a qualquer custo.

A resposta da trabalhadora reproduz o discurso capitalista de que é possível ter lucro sem explorar as pessoas e sem destruir o meio ambiente, pois é através do lucro que as empresas capitalistas fazem responsabilidade social.

O lucro, então, assume sentidos diferentes conforme o modelo de empresa a que esteja vinculado. Para o empreendimento de economia solidária ele deve existir, mas não está acima das pessoas, inclusive ele passa a ser chamado de *sobras*. O que observamos é que, mesmo com a troca de nome de lucro para sobras, não se consegue alterar muito sua essência, pois a mesma palavra quando utilizada em diferentes momentos ou lugares pode apresentar os mesmos sentidos. Como afirma Indursky (2000, p. 41), "o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de uma relação com determinada FD". Portanto, chamar de *lucro* ou *sobra* não necessariamente vai alterar seu sentido e objetivo na empresa ou empreendimento, mas vai produzir efeitos de sentido diferentes para as trabalhadoras da economia solidária.

Ao mesmo tempo em que não altera os objetivos do empreendimento, a troca de nomes tem como objetivo silenciar a busca de lucros e ressaltar a valorização do homem e da mulher no sistema econômico, o que também, colabora para produzir sentidos diferentes dentro da FDC.

O grande desafio da atividade econômica é produzir bens e serviços com o menor impacto ambiental possível, e nesse sentido a economia solidária se propõe como estratégia de produção com uma relação harmoniosa com o meio ambiente. Como observamos na Sd37, o lucro para a nossa entrevistada precisa acontecer, pois dele depende o sucesso do

[20] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.

empreendimento, mas com outro sentido, fundamentado numa relação sem exploração e sem destruir o meio ambiente.

Sd38 (Trabalhadora EES): O lucro é importante para que a gente se motive a trabalhar. Lucro que não quer dizer a exploração, mas um preço justo daquilo que produzimos no grupo.[21]

Ao ocupar um lugar na FDC, a nossa entrevistada precisa produzir discursos a partir do seu lugar, e que vão ser selecionados para que a trabalhadora possa ser sujeito do que diz, porém, no caso dos empreendimentos estudados e assessorados pela ITCP-Unisul, as trabalhadoras têm na economia solidária uma saída contra a exclusão a que o mercado de trabalho as sujeitou. A economia solidária nesse caso não é uma opção, mas sim uma condição de sobrevivência.

Portanto, ao falar de lucro a trabalhadora repete saberes da formação ideológica capitalista, mostrando assim a sua identificação com tal, ao mesmo tempo em que procura amenizar esse efeito, negando a exploração pelo lucro.

3.1.9 O sentido de *lucro* para a Cáritas

Quando no processo de formação em que a Cáritas vai discutir a viabilidade econômica do empreendimento, há uma apropriação de instrumentos do discurso capitalista, como o plano de negócios[22] porém, algumas palavras são trocadas para que se possa produzir um novo sentido, como apresenta a Sd a seguir, que trata de uma das etapas do planejamento financeiro.

Sd39 (Cáritas): *Resultado* da atividade é o que vamos obter da venda de nossos produtos descontando os custos totais. Atenção: renda é diferente de receita. Quando o *resultado* é positivo é *renda* (lucro) e quando é negativo é um prejuízo. (RECEITA – CUSTO TOTAL = RESULTADO DA ATIVIDADE). (FAVARIN; SOARES; HERDT, 2014, p. 2).

Nesse caso, a palavra *renda* (lucro) foi trocada pela palavra *resultado*, procurando produzir outros sentidos, desconstruindo o sentido de lucro, que é uma palavra que traz o peso da ideologia capitalista.

O lucro no sistema capitalista tem como objetivo a acumulação e a concentração da riqueza produzida nas mãos de poucos, o que por sua vez gera a desigualdade social. Segundo

---

[21] Entrevista realizada com os membros dos empreendimentos de economia solidária.

[22] Ferramenta utilizada para estudar a viabilidade de uma empresa ou produto.

a *Cartilha de formação para membros de empreendimentos solidários da Cáritas* (FAVARIN, 2011, p. 8-9), "a economia capitalista vive em função do lucro sem se preocupar com a vida humana, o capitalismo tem relação com um jeito de ser egoísta, competidor e individualista. Já a economia solidária está serviço da vida".

Nesse sentido, a economia solidária produz novos sentidos no processo de produção de bens e serviços, desconstruindo a ideia de acumulação e construindo um ideal de cooperação e partilha.

No caso da Cáritas, os discursos produzidos levam ao entendimento de que não é necessário superar a economia capitalista, mas criar condições para a coexistência da economia solidária com outras formas de economia.

Sd40 (Cáritas): A ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de *eficácia* e *efetividade*, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Mesmo assim, negando a lógica capitalista, a economia solidária idealizada pela Cáritas lança mão das ferramentas capitalistas de gestão, como a ferramenta de viabilidade econômica, e acena para a importância da eficácia e da efetividade dos negócios.

As palavras *eficácia* e *efetividade* estão associadas à gestão da empresa capitalista e, portanto, levam em conta a capacidade de gerir o negócio com a redução de custos, aumento da margem de lucro e, dessa forma, a sua apropriação pela economia solidária coloca em risco a gestão humanizada dos negócios. Muitas vezes, a busca pela eficácia e pela efetividade contradiz a preocupação com os aspectos culturais, ambientais e sociais.

Porém, quando se pensa na gestão de um empreendimento, seja ele solidário ou capitalista, o lucro é uma necessidade, sendo que a diferença está no destino que é dado ao lucro ou sobras.

Na economia solidária, o lucro é chamado de sobras, sendo que o que o diferencia da economia capitalista é a sua destinação. Segundo Iaskio (2006, p. 132), "o que diferencia as sobras dos empreendimentos de economia solidária do lucro dos empreendimentos capitalista é a apropriação coletiva, quase sempre em forma de remuneração, ou a decisão coletiva quanto à destinação das mesmas para o reinvestimento no empreendimento".

Portanto, não é negando ou apagando os sentidos das palavras que a economia solidária vai produzir seu protagonismo, mas sim fortalecendo as instâncias de decisão interna dos empreendimentos, a apropriação de ferramentas capitalistas na gestão e a valorização do trabalho como elemento central.

4 UMA TENTATIVA DE FIM

O objetivo desta pesquisa foi observar o discurso da economia solidária no contexto do mundo do trabalho e, para isto, fundamentamos teoricamente a evolução do trabalho a partir da revolução industrial até o surgimento da economia solidária. Na perspectiva da economia solidária, foi analisado o discurso dos atores principais desta economia no Brasil em suas condições de produção.

Procuramos compreender na perspectiva da AD os sentidos mobilizados na constituição da economia solidária nos empreendimentos deste tipo na região da Amurel, especificamente os empreendimentos Orgânicos Vó Maria, Acordi, Artes do Mar e Aciarte.

Para fundamentar o nosso trabalho na AD construímos um conjunto de sequências discursivas a partir de três materialidades: documento referência da primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), Cartilhas produzidas pela Cáritas e utilizadas no processo de formação dos empreendimentos de economia solidária e entrevistas realizadas com as mulheres empreendedoras dos grupos acima mencionados. Analisamos três palavras fundamentais que norteiam a economia solidária e a formação dos sujeitos dessa economia, que foram: trabalho, autogestão e lucro, as quais assumiram um significado especial nas respostas das perguntas feitas às trabalhadoras solidárias, da idealização da economia solidária pela SENAES e pela Cáritas.

A partir das respostas obtidas com as trabalhadoras, pode-se compreender que a economia solidária na forma como se personifica nos empreedimentos não se consolida como um novo modo produção, como defende Paul Singer, mas sim vai ao encontro da concepção defendida pela Cáritas, de que a economia solidária se consolida como movimento social.

E esse movimento social não tem a pretensão de eliminar o capitalismo, mas sim de ser uma outra modalidade de economia, como fica envidenciado na sequencia discursiva "uma *outra* economia em nossas mãos" recortada da cartilha "Outra economia em nossas mãos: gestão e viabilidade econômica" produzida pela Cáritas Regional Santa Catarina em 2011.

A construção de uma outra economia é possível segundo a Cáritas a partir da ação de homens e mulheres em pequenas iniciativas de produção, que, mesmo parecendo insignificantes em quantidade, podem disseminar uma nova economia baseada na solidariedade, criando assim uma alternativa à lógica economica capitalista.

Na nossa compreensão dos empreendimentos, a partir das respostas obtidas com as trabalhadoras, acreditamos que um longo caminho ainda precise ser percorrido para que a

economia solidária signifique em termos de solidariedade, cooperação e autogestão, mesmo significando em quantidade.

Acreditamos que a motivação que levou a constituição da economia solidária não foi a criação de uma nova economia, mas a sobrevivência e a inclusão produtiva. Nessa perspectiva, atingiram seus objetivos, pois permitiram e permitem milhares de homens e mulheres a encontrar uma forma não assistencialista de buscar seu sustento.

O número de empreendimentos de economia solidária vem crescendo no Brasil, adquirindo importância na composição da riqueza produzida. Todavia esses empreendimentos dependem do sistema capitalista para a sua concretização, pois os consumidores dos produtos e serviços produzidos não têm a compreensão da economia solidaria, já que a matéria prima é fornecida por empresas capitalistas. O crédito, apesar de iniciativas de finanças solidárias, ainda é obtido em bancos capitalistas, ou mesmo em cooperativas de créditos de cunho solidário, mas que seguem normas do sistema financeiro capitalista.

Os aspectos legais e tributários seguem regras capitalistas, e dessa forma inibem o fortalecimento da economia solidária como alternativa econômica ao capitalista, relegando assim seu papel a um movimento social com causas econômicas.

Compreende-se a partir desta pequisa que, mesmo existindo em forma de empreendimento, a economia solidária ainda não existe de maneira plena no interior dos empreendimentos, quando analisado os seus fundamentos e dos seus membros.

A competição dentro da economia solidária não deveria existir. Todavia, como observado, a identificação dos trabalhadores e trabalhadoras solidárias com os saberes capitalistas acontece de forma não velada, dissimulada nos espaços de comercialização, no acesso aos recursos que são escassos e que, portanto são disputados, o que caracteriza a competição, representando assim uma das contradições de economia solidária, ou seja, para o indivíduo a solidariedade é importante, desde que não o deixe de fora.

O sujeito da economia solidária, apesar das constantes formações e discussões ainda é marcado por sentidos capitalistas na sua prática, o que nos permite afirmar que há um distanciamento entre aquilo que se fala e aquilo que se pratica.

No caso da Cáritas, os discursos produzem efeitos de sentido de que não é necessário superar a economia capitalista, mas criar condições para a coexistência da economia solidária com outras formas de economia.

Portanto, entendo ter alcançado os objetivos propostos e mesmo estando muito próximo de meu objeto de pesquisa consegui ter clareza para compreender que a economia

solidária é fundamental como estratégia de emprego e renda para as pessoas excluídas pelo mercado de trabalho, e que ainda precisa de uma longa caminhada para se consolidar.

Porém, a pesquisa me permitiu compreender que não será a economia solidária um novo modo de produção, mas também não se resume a ser um apêndice capitalista, um "lugarzinho" no qual o capitalismo deixa para que sejam incluídos a sua massa sobrante, mas que precisam estar ali para consumir, mesmo sem serem necessários para produzir.

Esse relato de pesquisa nos mostra caminhos para a economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento local, geração de emprego, renda e inclusão produtiva, constituindo-se como movimento social.

Na perspectiva da construção dos discursos aqui estudados, a Incubadora atua como instrumento de formação e como tal utiliza dos documentos da SENAES na construção de seu embasamento teórico.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é dispositivo. In: _____. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009. p. 27-51.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 9. ed. São Paulo: Graal, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. **Autogestão**: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo: ANTEAG, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da (Org.) et al. **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007. p. 1-27.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado:** entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BORTOLI, Nádia Carrer de Ruman de; PEREIRA, Wander. Rerum Novarum e suas influências no direito do trabalho. **Revista Jus Navigandi,** Teresina, ano 19, n. 4055, 8 ago. 2014. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/29884>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no brasil 2005**. Brasília: SENAES/MTE, 2006.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília: SENAES/MTE, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARITAS BRASILEIRA. **Amor que liberta: mística e espiritualidade da Cáritas Brasileira**. Brasília, DF, 2003.

_____. **Cáritas na promoção da solidariedade**: como organizar uma Cáritas. Brasília, DF, 2005. (Série Cartilhas).

CÁRITAS brasileira: **50 anos promovendo solidariedade**. São Paulo: Paulus, 2006. (Estudos da CNBB, 92).

CARVALHO, Carlos Eduardo; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. FGTS: avaliação das propostas de reforma e extinção. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 671, set. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0671.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do Trabalho**. Aracajú: Evocati, 2011.

CASTRO, Carla Appollinario de; MOTA, Iuri Falcão Xavier. **Classe social e movimentos sociais no capitalismo neoliberal: ressignificando conceitos e lutas**. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012.

CAZARIN, Ercília Ana. A heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**... Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sujeito/ercilia.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CINTRA. Rosana Aparecida. Experiências da imigração italiana no interior paulista: imigração, trajetórias e adaptação. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 20., 2010, Franca, SP. **Anais**... Franca, SP: ANPUH/SP; UNESP, 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Rosana%20Aparecida%20Cintra.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília. **Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento:** documento final. Brasília: SENAES/MTE, 2006. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=348>. Acesso em: 8 jun. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., 2013, Brasília. **Texto de Referência:** contextualização e balanço nacional. Brasília: SENAES/MTE, 2013. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0143BB08893640E8/Texto%20de%20Refer%C3%AAncia%20-%20gr%C3%A1fica.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói, RJ. **Anais eletrônicos**... Niterói, RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/RsHUqb>. Acesso em: 08 jul. 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

DEMOUSTIER, Danièlie. **A economia social e solidária:** um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Loyola. 2006.

DESTINO NEGOCIO. Gestão. Como escolher o funcionário do mês. 2015. Disponível em: <http://destinonegocio.com/br/gestao/como-escolher-o-funcionario-do-mes/>. Acesso em: 8 abr. 2016.

FAVARIN, Roque Ademir; SOARES, Ediane Aparecida; HERDT, Moacir. **Outra economia em nossas mãos:** gestão e viabilidade econômica. Florianópolis: Cáritas Regional Santa Catarina, 2011. Disponível em: <http://rs.caritas.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/06/Cartilha-de-Viabilidade-Econ%C3%B4mica.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2015.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia:** uma (nova) introdução. São Paulo: EDUC, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Sobre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FÓRUM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1., Inclusão financeira. **Anais** ...Salvador: SENAES-ACB, 2009. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2009_11_61/20MarusaFreire-LimitesePossibilidadesdasMoedasSociaisnoBrasil.pdf >. Acesso em: 16 jun. 2016

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-276.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. A economia popular e solidária no Brasil. In: _____ et al. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p.57-71.

_____. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.economia solidária.org.br/bib2.htm>. Acesso em: 21 out. 2016.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

GIANNOTTI, Vito. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GODELIER, Maurice. (1982). **Estrutura e contradição no Capital**. In: BLACKBURN, R. (ed.) Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social. Tradução por: Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução de: Ideology in Social Science (1973).

GOHN, Maria da Gloria. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações**, Londrina, PR, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**... Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2005. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. cap. 5, p.129-162. (Coleção Geografia e Adjacências).

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções:** 1789–1849. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IASKIO, Emerson L. Schmidt. A economia solidária diante da concorrência capitalista. **Emancipação**, v. 6, n.1, p.119-143, 2006.

ICAZA, Ana; TIRIBA, Lia: Economia popular. In: CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Voraz, 2003, p.101-109.

IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Orgs.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 70-81.

MANACORDA, Mario Alighuiero**. História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. 2000. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/gotha.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **O capital**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 1 v. em 2.

_____. **O capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. **O capital:** crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 61-68, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100009>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MISEREOR. Quem somos. **Com ira e ternura ao lado dos pobres**. Disponível em: < http://www.misereor.org/pt/about-us.html>. Acesso em: 8 jul. 2015.

MONDIN, Battista. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Paulinas, 1980.

MOURE, Telmo. **RS:** imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria do direito do trabalho; relações individuais e coletivas do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o novo cooperativismo**: SENAES/MTE, 2004.

NOVAES, Maurício Sardá Henrique T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, Édi A. (Org.) et al. **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras expressões, 2010. v. 2

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PASTOR, Márcia; BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. Estado e política social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 135-156, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Francoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-105.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PENTEADO NETO, Alfredo Camargo.**Organizações de trabalhadores: comissões de fábrica, greve, autogestão**.São Paulo: LTR, 1986.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social e Democracia** . 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERRJ, 2002. p 25-42.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Política, 1984.

PICOLOTTO. Everton Lazzaretti. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p. 74-92, 2008.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1999.

POLETTO, Ivo. **Mística e espiritualidade**. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2003. (Cadernos Cáritas, n. 4). Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/09/mistica2.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2015.

REGO, Eduardo Ernesto do; MOREIRA, Emilia. Uma leitura sobre a ideologia cooperativista nos socialistas utópicos e marxistas associada ao exemplo da Coapecal em Caturité-Pb. **OKARA: Geografia em debate**, v. 7, n. 2, p. 193-203, 2013. Disponível em: < http://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/13465/10427 >. Acesso em: 15 mai. 2016.

SAMPAIO JUNIOR, Plinio de Arruda de. Brasil: as esperanças não vingaram. **OSAL**, Buenos Aires, Argentina, v. 4, n. 18, jan. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal18/AC18Sampaio.pdf>. Acesso em: 07 maio 2016.

SETTI, Gabriel Augusto Miranda. A hegemonia neoliberal e o capitalismo contemporâneo. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//005/04eco_setti.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 7, n. 229, p.13-18, 30 jul. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1163&secao=229>. Acesso em: 14 maio 2016.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.116-125.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.

_____. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino. **Cooperativas de Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 2 v. (Paideia).

_____. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 v. (Os Economistas).

SOUZA, André Ricardo. O processo educativo dos projetos alternativos comunitários da cáritas. 2007. Disponível em: < http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/**Anais**%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Edu-3.htm>. Acesso em: 8 jul. 2015.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VERONESE, Marília Veríssimo**. A psicologia na transição paradigmática:** um estudo sobre o trabalho na economia solidária. 2004. 226 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004.

YAZBECK, Maria Carmelita. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento**. Revista de Políticas Públicas, São Luis, v. 9, n. 1, p. 217-228, jan./ jun. 2005.

ANEXO - QUESTIONÁRIO COM MULHERES TRABALHADORAS DOS EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS.

1- Por que você participa de um grupo de Economia Solidária?
2- Que mudanças a Economia Solidária agrega à sua vida?
3- Quando você fala em economia solidária, o que as pessoas que não participam deste grupo entendem
4- É possível viver na lógica da Economia Solidária?
5- Que dificuldades você enfrenta para participar de um grupo de Economia Solidária?
6- É possível viver a Economia Solidária fora dos grupos?
7- Quando você fala em autogestão o que as pessoas entendem?
8- O que você entende por autogestão?
9- O lucro é importante na Economia Solidária? Justifique.